

UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ
MADE - Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial

LUCIANO ALVES NASCIMENTO

**FATORES QUE IMPACTAM NA ADOÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO
SPED NA AVALIAÇÃO DOS GESTORES DAS EMPRESAS
BRASILEIRAS**

RIO DE JANEIRO
2013

LUCIANO ALVES NASCIMENTO

**FATORES QUE IMPACTAM NA ADOÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO
SPED NA AVALIAÇÃO DOS GESTORES DAS EMPRESAS
BRASILEIRAS**

Dissertação apresentada à Universidade Estácio de Sá como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Administração e Desenvolvimento Empresarial.

Orientador: Prof.^o Dr. Antônio Augusto Gonçalves,

**RIO DE JANEIRO
2013**

N244f Nascimento, Luciano Alves
Fatores que impactam na adoção e implementação do
SPED na avaliação dos gestores das empresas brasileiras. /
Luciano Alves Nascimento. - Rio de Janeiro, 2013.
88 f.

Dissertação (Mestrado em Administração e
Desenvolvimento Empresarial) - Universidade Estácio de
Sá, 2013.

1. Governo eletrônico. 2. SPED. 3. Gestão da
informação. 4. Modelo TOE. I. Título.

CDD 658

A dissertação

**FATORES QUE IMPACTAM A ADOÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO SPED NA
AVALIAÇÃO DOS GESTORES DE EMPRESAS BRASILEIRAS**

elaborada por

LUCIANO ALVES NASCIMENTO

e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora foi aceita pelo Curso de Mestrado Profissional em Administração e Desenvolvimento Empresarial como requisito parcial à obtenção do título de

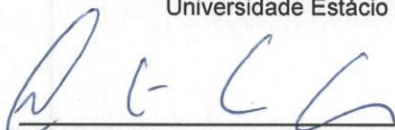
MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA



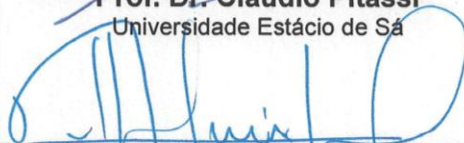
Prof. Dr. Antonio Augusto Gonçalves – Presidente
Universidade Estácio de Sá



Prof. Dr. Marco Aurélio Carino Bouzada – Coorientador
Universidade Estácio de Sá



Prof. Dr. Claudio Pitassi
Universidade Estácio de Sá



Prof. Dr. Valter de Assis Moreno Junior
Ibmec/RJ

Se um ser sofre, não pode haver nenhuma justificativa moral para deixarmos de levar em conta esse sofrimento. Não importa a natureza do ser.

Peter Singer

A minha mãe, Beth, pelo exemplo de pessoa boa, simples e determinada, que me ensinou a desbravar caminhos.

A Wander, pelo inestimável apoio durante o longo caminho que levou à conclusão deste trabalho, sempre inquebrantável.

A eles e aos vários amigos que contribuíram, oferecendo estímulo e amor incondicionais para que eu vencesse mais esta etapa de minha vida.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um dos mais belos atos que um ser humano pode promover. É admitir que houve um momento, ou vários, em que, para avançar, recorreu a outro ser humano e, a quatro ou mais mãos, em complementaridade, atuou para construir boas obras, por isto, agradeço:

A Deus, o que seria de mim sem a fé que eu tenho Nele e sem que Ele ouvisse as minhas constantes solicitações.

Aos meus pais, irmãs, Wander e a toda minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

Ao orientador Antônio Augusto Gonçalves pela condução segura e firme e pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a conclusão deste trabalho. Sem sua competente atuação e sua visão rápida e prática, este caminho teria sido muito mais árduo.

Ao Professor Marco Aurélio Carino Bouzada pela co-orientação importantíssima e pela confiança infalível que se manifestou, mesmo nos momentos em que a minha autoconfiança vacilou.

Ao professor e coordenador do MADE, José Geraldo Barbosa, pelo convívio, pelo apoio, pela compreensão e pela amizade.

Ao professor e coordenador adjunto do MADE, Jorge Augusto de Sá Brito e Freitas, pelo exemplo do mestre compreensivo e que sabe reconhecer o valor de seus alunos, nunca sonhando uma palavra amiga e de conforto, sempre nos impulsionando em busca da realização dos nossos projetos.

A todos os professores do Curso de Mestrado Profissional em Administração – o MADE – que foram tão importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento desta dissertação. Em especial, destaco as valiosas contribuições do Professor Cláudio Pitassi, sempre contribuindo com sábias e pertinentes colocações que permitiram avanços na qualidade conceitual da pesquisa e na melhoria do foco do trabalho.

Aos demais professores do MADE que proporcionaram indescritíveis avanços no meu aperfeiçoamento acadêmico e pessoal.

Aos funcionários da Secretaria Acadêmica do MADE pela paciência e informações relevantes. Em especial a Margarida Viegas, Ana Lúcia da Silva Simões e Ana Paula Moura Nunes.

Aos amigos da Saint-Gobain, unidade de Barbacena, pela oportunidade de pesquisa e apoio constante à busca de respostas e compreensão da realidade da empresa.

Aos amigos e colegas da UNIPAC e da Faculdade SENAC, pelo incentivo e pelo apoio constantes.

Aos colegas de turma do MADE pela parceria e espírito acadêmico!

RESUMO

Nos últimos anos os governos vêm desenvolvendo iniciativas de governo eletrônico para estabelecer novas formas de comunicação com os cidadãos, empresas e outros entes governamentais. No Brasil, especialmente no âmbito empresarial, o governo propôs o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital – como forma de disciplinar as trocas de informações com as empresas, criando o maior projeto de governo eletrônico da atualidade em andamento no mundo. Esta pesquisa procurou identificar os fatores que impactam a adoção e implementação do SPED segundo avaliação de gestores brasileiros, contemplando fatores estabelecidos pelo Modelo TOE, passando pelas dimensões tecnológica, organizacional e ambiental do referido modelo. Foram analisados os seguintes fatores tecnológicos para adoção e implementação do SPED: preparação tecnológica e integração da tecnologia e segurança da informação. Também foram analisados os seguintes fatores organizacionais: porte das empresas, benefícios percebidos, desafios percebidos e perspectivas de melhorias nos produtos, serviços ou processos internos. Completando a aplicação do modelo, foram analisados os seguintes fatores da dimensão ambiental: pressão competitiva, ambiente regulatório e penetração da internet. Através da aplicação de uma *survey* com segmentação da amostra de respondentes em função do ramo de atividade, região em que se situa a empresa e do porte empresarial e da aplicação de testes de qui-quadrado e Kruskal-Wallis, buscou-se resposta aos objetivos de pesquisa. Detectou-se que a obrigatoriedade governamental, enquanto componente do contexto ambiental, demonstrou ser o principal vetor que impacta decisões sobre adoção e implementação do SPED. Isto pareceu decorrer do fato de que o governo ser um dos principais, se não o principal ator do ambiente regulatório. Deste modo, a pesquisa detectou que este foi o principal fator de influência, embora outros fatores tenham sido apontados como importantes. Paralelamente, pôde-se observar que, independentemente do porte das empresas alcançadas pela pesquisa, do ramo de atividade e mesmo da região em que se situam a avaliação de seus gestores, quanto aos fatores que impactam a adoção e implementação do SPED, é bastante similar, não apresentando diferenças significativas.

Palavras-chave: Governo Eletrônico. SPED. Modelo TOE.

ABSTRACT

Since Internet has become a phenomenon capable of changing the way people communicate, work, live, produce and learn, so are governments preparing themselves to make the most out of the numerous potentialities of communication and information technologies. Among the strategies found by the national governments one can find the development and application of projects for what is called electronic government. This initiative consists of establishing new means of communication with the citizens, companies and other governmental entities. In Brazil, notably in the managerial sphere, the government has put forward the SPED - Sistema Público de Escrituração Digital - (public system for digital book-keeping) as a means for disciplining information exchange with companies, setting up the largest electronic government project underway worldwide. This study has tried to identify the factors that influence the adoption and application of SPED according to the evaluation of Brazilian directors based on criteria established by the TOE Model, considering the technological, organizational and environmental spheres of the aforesaid method. The following technological factors have been analyzed to enable the adoption and application of SPED: technological preparation and integration of security and information technologies. The following organizational factors have also been analyzed: company size, perceived benefits, perceived challenges and product, internal procedures and service improvement perspectives. For the Model's completion, the following factors of the environmental dimension have been analyzed: competitive pressure, regulatory environment and Internet penetration. The adoption and application of SPED has only been impaired by the technological preparation. Among the organizational factors, the following have been proved to impair the adoption and application of SPED: perceived benefits, perceived challenges and product, internal procedures and service improvement perspectives. As for the environmental factors, competitive pressure and regulatory sector have been shown to influence both the adoption and application of SPED. Internet penetration does not seem to impair the adoption but has proved to significantly impact the application of SPED. In parallel, it has been observed that regardless of the size of the companies canvassed by the study, field of business and even the region in which the directors' evaluation (regarding the factors that impact the adoption and application of SPED) occurred, they're all very similar, with no major differences.

Keywords: SPED, Electronic Government. SPED. TOE Framework.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
1.1	O Problema	8
1.1.1	Objetivos.....	9
1.1.2	Objetivo Geral:.....	9
1.1.3	Objetivos Específicos	9
1.2	Delimitação do Estudo.....	9
1.2.1	Delimitação Temporal.....	9
1.2.2	Delimitação Teórica	10
1.2.3	CrITÉrios Adicionais de Delimitação	11
1.3	Relevância do Estudo.....	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1	Governo Eletrônico	13
2.1.1	Principais Categorias de Governo Eletrônico	15
2.1.1.1	Governo-para-Cidadãos – G2C.....	16
2.1.1.2	Governo-para-empresas – G2B	16
2.1.1.3	Governo-para-governo – G2G.....	17
2.1.2	Governo Eletrônico e a fiscalização da Administração Tributária – SPED	17
2.2	Modelo Tecnologia – Organização – Ambiente (TOE)	20
2.2.1	Contexto Tecnológico.....	23
2.2.2	Contexto Organizacional	24
2.2.3	Contexto Ambiental	25
2.2.4	Modelo Teórico de Referência.....	26
3	METODOLOGIA	27
3.1	Tipo de Pesquisa.....	27
3.1.1	Quanto aos fins	27
3.1.2	Quanto aos meios	27
3.2	Universo e Amostra	28
3.3	Seleção dos Sujeitos	29
3.4	Coleta de Dados.....	29
3.5	Tratamento de Dados.....	32
3.6	Limitações do Método.....	35

3.6.1	Limitações da Survey	35
3.6.2	Limitações Adicionais da Metodologia.....	36
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	38
4.1	O Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.....	39
4.1.1	O SPED: Introdução	39
4.1.2	Certificação Digital.....	41
4.1.3	Principais Subprojetos do SPED	42
4.1.3.1	Nota Fiscal Eletrônica.....	42
4.1.3.2	Escrituração Contábil Digital - ECD	45
4.1.3.3	Escrituração Fiscal Digital – EFD ICMS/IPI.....	45
4.2	Estatísticas Descritivas.....	47
4.2.1	Apresentação dados questões do Grupo I	47
4.2.2	Apresentação dados questões do Grupo II	49
4.2.3	Apresentação dados questões do Grupo III	55
4.3	Resultados Testes Estatísticos.....	59
4.3.1	Resultados Questões Grupo II	59
4.3.2	Resultados Questões Grupo III	61
4.3.3	Síntese análise de dados da pesquisa	66
5	CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTUROS ESTUDOS	73
6	REFERÊNCIAS.....	77
7	Apêndice 1: QUESTIONÁRIO SURVEY	85

1 INTRODUÇÃO

Conforme proposto por Pudjianto e Hangjung (2009), o fenômeno da internet teve influência transformadora bastante intensa na sociedade, instituindo um novo meio de comunicação para indivíduos e empresas. Além de facilitar a troca de informações, a internet propicia maneiras totalmente novas de buscá-las. Verdegem e Verleye (2009) corroboram com este argumento, afirmando que a internet modificou radicalmente as formas como as pessoas trabalham, vivem, produzem e aprendem.

Pinho (2008) chega a considerar que tais transformações proporcionadas pelos avanços das tecnologias da informação e comunicação – as TICs – chegariam a configurar um possível novo estágio do desenvolvimento das sociedades.

Já Kumar *et al* (2007) reconhecem o impacto transformador da internet para as empresas e destaca que a classe política não pode se manter apática a estas transformações, ignorando inovações que podem e devem ser assimiladas para revolucionar, também, a administração pública, potencializando a prestação de serviços de mais qualidade e transparência para a sociedade como um todo.

Rodriguez-Domínguez *et al* (2011) afirmam que, em diversos países, os políticos e gestores públicos têm tirado proveito das potencialidades das TICs para se comunicar com os cidadãos, através de interfaces totalmente novas. Al-Zoubi *et al* (2011) complementam este raciocínio, afirmando que essas novas tecnologias têm fomentado inúmeras transformações e enriquecido as possibilidades de interação entre governos, empresas, cidadãos e demais *stakeholders*, dando forma ao conceito de governo eletrônico.

Ahmadabahi *et al* (2013) sintetizam uma definição conveniente de governo eletrônico, ou *e-government*, propondo que é a seleção, implementação e utilização de tecnologias de informação e comunicação no governo para prestar serviços públicos, melhorar a eficácia gerencial, e promover os valores e mecanismos democráticos, bem como o desenvolvimento de um quadro legal e regulamentar que facilita iniciativas de informação intensiva e promove a sociedade do conhecimento.

Patel e Jacobson (2008) sinalizam que muitas das dimensões do governo eletrônico, tais como adoção e implementação, ainda não têm sido plenamente estudadas e conceituadas e que é difícil visualizar as suas diferentes interfaces de

comunicação e aplicação, considerando que governo eletrônico compõe uma área de estudos relativamente nova no campo de estudo dos Sistemas de Informação.

Para Titah e Barki (2006), apesar da pouca maturidade dos estudos sobre governo eletrônico e carência de modelos mais maduros para explicar as suas várias dimensões, existem inúmeros estudos exploratórios e empíricos que podem ser classificados em cinco grandes categorias: a) Práticas gerenciais; b) Características individuais e organizacionais; c) Características da Tecnologia da Informação – TI; d) Avaliação do Governo Eletrônico; e e) Subculturas em governo eletrônico. Segundo os autores, estas cinco categorias explicitam, na verdade, cinco grandes fatores de influência sobre a adoção de governo eletrônico.

Al-Zoubi *et al* (2011), por outro lado, destacam que o campo da implementação de projetos de governo eletrônico e seus impactos para as empresas só tem recebido atenção nos últimos cinco anos e que o aumento do número de pesquisas sobre esta ótica poderia apoiar melhorias na qualidade dos projetos. Contrastando essa afirmação com dados de Pudjianto *et al* (2009), observa-se que aproximadamente 60 por cento dos projetos de TI para adoção e implementação de governo eletrônico falham ou não conseguem alcançar os objetivos esperados, há que se considerar uma carência significativa de estudos de maior profundidade sobre a adoção e implementação deste tipo de projeto nas empresas.

Apesar desta estatística alarmante apresentada por Pudjianto *et al* (2009), Faria *et al.* (2011) destacam que os avanços tecnológicos dos últimos tempos, tendo a internet como fator de destaque, vêm oportunizando ferramentas para colaborar com os governos no exercício de suas funções e que têm, cada vez mais, estimulado novas iniciativas em governo eletrônico – o e-gov –, inclusive no Brasil.

Neste sentido, Duarte (2011) afirma que o Brasil, hoje, é o protagonista do maior projeto de governo eletrônico do planeta, graças à criação do Sistema Público de Escrituração Digital – o SPED – um projeto de governo eletrônico instituído pelo Governo Brasileiro, via liderança da Receita Federal do Brasil, a partir do ano 2007 e que visa melhorias no controle, por parte dos governos, de informações do campo fiscal e tributário.

Silva *et al* (2013) esclarecem que o SPED corresponde a um projeto que integra diversas tecnologias, tais como certificados digitais, *web services*, entre outras, com a finalidade de facilitar e operacionalizar diversos fluxos de informação que visam acompanhar e melhorar o aparato fiscalizatório do governo.

Com a instituição do SPED, o governo brasileiro entrou, definitivamente, na era digital, “com a finalidade de aproximar o fisco de seus contribuintes.” (FARIA *et al.*, 2011, p.2). De acordo com Duarte (2008), o projeto foi instituído por meio do Decreto 6.022 de janeiro de 2007, sendo um dos elementos do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento (2007-2010).

Neves Júnior *et al.* (2011) pontuam que, mesmo antes do SPED, já havia projetos de e-gov no Brasil, visando a modernização do aparato fiscalizatório tributário dos governos, mas salienta que essas iniciativas não lograram êxito completo porque imperava a falta de padronização das informações solicitadas pelos diversos níveis de governo, quais sejam: federal, estadual ou municipal. Assim, “a tecnologia da informação, juntamente com o esforço conjunto de diversas esferas públicas, tornou possível uma maior interatividade e agilidade no processo de transmissão das informações à Receita Federal, com a criação do padrão SPED”. (NEVES JÚNIOR *et al.*, 2011, p.1).

Assim, o SPED é um projeto e-gov que “resulta em um novo comportamento, novas políticas e procedimentos a serem adotados pelas organizações (...) o qual irá beneficiar os processos de gestão contábil e gerar melhorias no processo de controle fiscal das organizações”. (MOTA; CIRINO, 2010, p.2).

Compreender os meandros e exigências deste novo paradigma é condição *sine qua non* para conduzir adequadamente as decisões relativas à adoção e à implementação das adaptações de sistemas que se fazem necessárias, considerando a realidade das empresas, que passam a ser fiscalizadas com maior intensidade, bem como, considerando a realidade governamental que, ao longo do tempo, pode implementar melhorias aos projetos de e-gov, bem como, com segurança, simplificar outras obrigações fiscais acessórias, melhorando a sua relação com os entes fiscalizados, isto é, as empresas.

Considerando os argumentos até aqui elencados, acredita-se que o presente projeto de pesquisa se torna oportuno.

1.1 O Problema

Com o objetivo de ampliar o entendimento sobre os fatores que impactam a implementação do *e-government*, este trabalho pretende responder à seguinte

questão: Quais são os fatores que impactam a adoção e implementação do SPED na avaliação dos gestores de empresas brasileiras?

1.1.1 Objetivos

O presente estudo tem como objetivos:

1.1.2 Objetivo Geral:

- Identificar os fatores que impactam a adoção e implementação do SPED na avaliação dos gestores de empresas brasileiras.

1.1.3 Objetivos Específicos

1. Comparar se os fatores identificados são semelhantes nos diferentes ramos de atividade empresarial alcançados pela pesquisa;
2. Comparar se os fatores identificados são semelhantes nos diferentes portes das empresas alcançadas pela pesquisa;
3. Comparar se os fatores identificados são semelhantes nas diferentes regiões alcançadas pela pesquisa;
4. Identificar se os critérios de segmentação empregados na pesquisa revelam alguma ligação com os cargos dos respondentes selecionados, com as ferramentas de software que adotaram, ou com os subprojetos do SPED a que precisaram se submeter e mesmo com o período em que esta implantação deveria ocorrer.

1.2 Delimitação do Estudo

O presente trabalho de pesquisa apresenta duas dimensões de delimitação, a saber: a) Temporal e b) Teórica.

Tais delimitações serão abordadas a seguir.

1.2.1 Delimitação Temporal

O presente trabalho se dedica a estudar um recorte de tempo em que as empresas estiveram ou estão trabalhando para cumprir as exigências legais de adaptação ao SPED. Portanto, as respostas estarão circunscritas a este recorte temporal que abrange o período de agosto de 2008 a setembro de 2012.

1.2.2 Delimitação Teórica

Ao longo da última década, muitos estudos sobre governo eletrônico têm proposto modelos exploratórios e outros tipos de pesquisa com vistas ao melhor delineamento do e-government, tais como:

- Carter e Belanger (2005): explorando a difusão do governo eletrônico sob o prisma da Teoria da Difusão de Inovação (DOI Framework), bem como os aspectos de Confiança e riscos percebidos;
- Schuppan (2009) e Shareef *et al* (2011): se dedicando à identificação de diferenças nos contextos cultural e institucional referentes à implementação de e-government;
- Verdegem e Verleye (2009): enfatizando a eficiência dos serviços prestados virtualmente, com foco nos cidadãos;
- Hossain *et al* (2011): privilegiando a abordagem da assimilação dos sistemas de informação de governo eletrônico no contexto do planejamento governamental;
- Nograšek (2011): abordando a gestão da mudança como fator crítico de sucesso na implementação de governo eletrônico (foco nas estruturas internas das organizações governamentais);
- Prananto e McKemmish (2007), Hossain *et al* (2006), Abuali *et al* (2010) e Huang *et al* (2003): trabalhando com vistas a identificar fatores críticos de sucesso relacionados à implementação de governo eletrônico (perspectiva das organizações de governo).

Os estudos listados e identificados acima apresentam variadas perspectivas de pesquisa, bastante ativas nos últimos anos, mas é possível identificar alguns traços que justificam porque tais estudos não são o foco de interesse deste trabalho.

Entre esses traços, pode-se destacar primeiramente o fato de que predominam as perspectivas, ora das organizações de governo, ora dos cidadãos (pessoas físicas). Num segundo momento, percebe-se em outros estudos que o foco reside nos motivos pelos quais ocorre a adoção de sistemas de governo eletrônico, frequentemente, sob o prisma das organizações governamentais. Um terceiro viés indica a preocupação dos pesquisadores em mapear aspectos ligados a fatores individuais, isto é, das pessoas que serão os clientes dos projetos de governo eletrônico, num contexto de relação que não contempla, diretamente, a dimensão empresarial.

Isto posto, o presente trabalho tem limitação teórica que o mantém circunscrito às perspectivas das empresas diante da adoção e implementação de projetos de governo eletrônico que lhes alcancem, especialmente na vertente da Administração Tributária que é uma das óticas mais oportunas e apropriadas para entender relações governo-empresas. Tal ótica é oportuna por considerar o evento da implementação do SPED no Brasil, além disto, é apropriada, considerando os destacados esforços governamentais dos últimos anos para melhorar seu aparato fiscalizatório e prescritivo no tocante ao cumprimento das obrigações ligadas aos tributos empresariais. Esse esforço governamental, indubitavelmente, tem impactado decisões sobre adoção e implementação de novas tecnologias nas empresas, uma vez que, em essência, os parâmetros técnicos do SPED prescrevem o que o governo quer, mas, não como as empresas deverão fazê-lo.

Conforme já discutido, a abordagem teórica a ser seguida para condução do presente estudo apoiar-se-á no modelo teórico Tecnologia-Organização-Ambiente, conhecido como modelo TOE, desenvolvido por Tornatzky e Fleischer e com as adaptações propostas por Oliveira e Martins (2010) para melhor aderência à investigação na perspectiva das empresas brasileiras sobre o fenômeno de adoção e implementação do SPED. Assim, supõe-se que o Modelo TOE ajuda a elucidar as razões que levam as empresas brasileiras alcançadas pela implantação do Sistema Público de Escrituração Digital – o SPED – a adotar e usar tecnologias de informação para cumprimento das obrigações acessórias instituídas pelos organismos governamentais.

1.2.3 Critérios Adicionais de Delimitação

Além dos critérios de delimitação de estudo apresentados anteriormente, este trabalho apresenta delimitação material porque alcança apenas uma parte dos contribuintes, quais sejam, apenas aqueles abrangidos pela obrigação fiscal de adotar e implementar o SPED e de se adaptar frente às suas exigências.

Adicionalmente, a presente pesquisa se restringe a avaliar os apontamentos dos gestores das empresas frente aos fatores que impactam a adoção e implementação do governo eletrônico, se omitindo quanto a outros aspectos empresariais possivelmente impactados.

1.3 Relevância do Estudo

O e-government, particularmente no tocante ao SPED, representa uma nova sistemática quanto à relação das empresas e demais contribuintes com o Fisco no que tange ao fornecimento de informações que subsidiarão futuros projetos voltados à melhoria da fiscalização de operações da esfera tributária. Este projeto impõe modificações substanciais nos processos de geração de informações contábeis e fiscais que deverão ser entregues aos entes tributários, sejam eles municípios, estados ou o governo federal.

Entender como os fundamentos deste tipo de projeto afetam a forma como os processos operacionais se desenrolam, a fim de gerar informações tributárias, será decisivo para evitar pendências na prestação de contas com o Fisco. Além disto, possibilitará às empresas compreender como a adoção e implementação de novas tecnologias, para efetivar a adaptação frente a este tipo de mudança, pode proporcionar importantes oportunidades para inovar, aperfeiçoar processos de trabalho que tenham como foco a geração de informações que estejam no âmbito de interesse do e-government e mesmo outros processos direta ou indiretamente relacionados.

Além disto, tornar claro para as empresas e demais contribuintes quais fatores impactam a adoção e implementação deste tipo de projeto pode gerar benefícios quanto à otimização no uso de recursos de todos os tipos, bem como na minimização de riscos junto ao governo por ineficiência na adoção de projetos de e-gov.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Como base teórica para fundamentação desta pesquisa, são definidos os principais conceitos referentes ao Governo Eletrônico e ao Modelo Teórico Tecnologia–Organização– Ambiente (TOE).

2.1 Governo Eletrônico

Especialmente, no que tange ao uso e aplicação das tecnologias pelos governos, Jordana et. al (2005) destacam três grandes frentes de influência governamental, a saber: a) políticas regulatórias, compreendendo o poder de definir regras de controle para os atores econômicos e de supervisionar suas operações; b) políticas de incentivo (ou promoção), compreendendo o poder de desenvolver políticas de estímulo à economia digital através de iniciativas que encorajam o surgimento de indústrias de base e inovação ligadas à tecnologia e c) políticas de disseminação, compreendendo a implementação de medidas que estimulem o uso e a incorporação de recursos das tecnologias da informação e comunicação na sociedade como um todo, visando aumento da demanda por serviços e conhecimentos ligados à tecnologia da informação.

Diniz (2009) e Jovarauskienè e Pilinkiene (2009) também reconhecem certo protagonismo dos governos ao proporem que a eles cabem papéis importantes, primeiramente como regulador das atividades exercidas pelas empresas e pelos cidadãos no campo do comércio eletrônico e, também, como agente capaz de incorporar o uso dos recursos tecnológicos disponíveis para agir ativamente, oferecendo informações e serviços aos seus cidadãos.

Neste sentido, é conveniente uma análise sobre os conceitos principais de Governo Eletrônico, classificações, estágios e aspectos que relacionam o governo eletrônico e a modernização das Administrações Tributárias, conforme seções a seguir.

De acordo com Agner (2007) as tecnologias de informação e comunicação – TICs - têm sido consideradas um grande vetor de transformação do tecido econômico, político e cultural nas sociedades humanas, capazes de mudar as

relações entre os diversos atores e a forma como as instituições são configuradas e gerenciadas.

Ho, Kauffman e Liang (2006) também reconhecem os reflexos transformadores das TICs sobre as economias e sociedades e destacam que a capacidade produtiva e o padrão de vida de uma nação encontram-se determinados pelos avanços tecnológicos e que as informações e o conhecimento associados são fatores chave para o crescimento econômico.

Paralelamente, no contexto empresarial privado, os avanços tecnológicos intensificados pelas TICs “proporcionaram às organizações a possibilidade de migrar seus sistemas existentes em plataformas convencionais para sistemas com interface web”. (MEDEIROS, 2004, p.29). Enquanto, no contexto governamental, segundo Medeiros (2004), vive-se um cenário de esgotamento da sobrevida dada aos sistemas legados, que seriam sistemas de aplicativos disponibilizados pelos antigos centros de processamento de dados do governo, utilizados durante décadas a fio, normalmente encarregados de suportar atividades transacionais.

Verdegem e Verleye (2009) reconhecem que os avanços destacados por Medeiros (2004) têm modificado drasticamente a forma de trabalho das organizações e da sociedade e pontuam que tais avanços não podem ser ignorados pela classe política e que os gestores públicos precisam incorporar tais tendências de forma a viabilizar um repensar das formas de prover serviços e informações aos cidadãos de forma geral.

Esse contexto vem estimulando o uso intensivo de sistemas baseados na internet por parte das empresas e do governo, o que, conforme O'Brien (2006), têm viabilizado diversas modalidades de negócios eletrônicos, incluindo o governo eletrônico – e-Gov.

Conforme Faria *et al.* (2011), o termo Governo Eletrônico foi utilizado pela primeira vez em 1999, nos Estados Unidos, pelo então vice-presidente Al Gore que, à época, sinalizava a necessidade de a administração pública incorporar e empregar as tecnologias da informação e comunicação com a finalidade de apoiar e melhorar os serviços públicos destinados à sociedade em geral.

Conforme Ho, Kauffman e Liang (2006), desde a referência de Al Gore, definir governo eletrônico é desafiador porque várias são as propostas, com suas formas diversificadas de delimitar o conceito, além disto, definições minimamente adequadas precisam contemplar dimensões variadas, tais como, assimilação de

tecnologia pelo setor público, tipos de serviços oferecidos, objetivos quanto à transparência, pretensões de inclusão e abordagem política entre outras. Além disso, governo eletrônico, sendo um tópico relativamente recente, admite variadas conceituações sendo que, algumas vezes, é denominado, também, de “governo digital” ou “governo virtual” (AGNER, 2007, p. 38).

Yang *et al* (2012) também pontuam sobre a dificuldade de definir governo eletrônico, considerando as diversas abordagens possíveis e a ampla disponibilidade de propostas na literatura especializada.

Considerando as dificuldades de definição de governo eletrônico apontadas por Agner (2007), por Ho, Kauffman e Liang (2006) e por Yang *et al* (2012), propõe-se, a seguir, um elenco de conceitos que visa permitir comparações e acompanhar a evolução do constructo ao longo do tempo.

Num formato menos prescritivo e mais abrangente a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE – propõe que “o termo ‘e-government’ [termo em inglês para designar governo eletrônico] aborda o uso de novas tecnologias de informação e comunicação pelos governos, aplicadas a todas as suas funções” (OCDE, 2001, p.2).

De acordo com Ferrer (2003) pode-se entender como governo eletrônico o conjunto de serviços e de acesso às informações que o governo oferece aos diferentes atores da sociedade civil por meios eletrônicos.

Um entendimento mais abrangente é proposto por Ahmadabahi *et al* (2013) ao sintetizar que governo eletrônico, ou *e-government*, é a seleção, implementação e utilização de tecnologias de informação e comunicação no governo para prestar serviços públicos, melhorar a eficácia gerencial, e promover os valores e mecanismos democráticos, bem como o desenvolvimento de um quadro legal e regulamentar que facilita iniciativas de informação intensiva e promove a sociedade do conhecimento.

2.1.1 Principais Categorias de Governo Eletrônico

Inicialmente, o governo eletrônico pode ser considerado como mais uma opção para a comunicação entre governos e seus cidadãos, mas “em face das crescentes demandas demográficas, econômicas, sociais e globais, o governo

eletrônico já não parece ser uma questão de escolha, mas uma necessidade para qualquer país que pretenda entrar no século 21 como uma nação competitiva na arena mundial". (KUMAR *et al*, 2007, p.2).

Al-Azri *et al* (2010) esclarecem que as variadas demandas dos diversos segmentos da sociedade requerem interfaces específicas de relacionamento com o governo, o que, no seu entendimento, explica variados segmentos de e-gov, tais como governo-para-empresas (G2B), governo-para-cidadãos (G2C), governo-para-empregados (funcionários públicos) (G2E) e governo-para-governo (G2G).

De acordo com Jardim (2005), a literatura sobre governo eletrônico tende a reconhecer como modelo de análise e implementação o conjunto de interações que envolvem três dimensões que são: a) governo para governo – G2G; b) Governo para Cidadão – G2C e c) Governo para Negócios – G2B.

2.1.1.1 Governo-para-Cidadãos – G2C

Conforme Jardim (2005), na categoria governo-cidadãos (government-citizens) ou G2C, incluem-se todas as transações que ocorrem entre o governo e seus cidadãos através de ambientes eletrônicos.

Jovarauskiene e Pilinkiene (2009) corroboram com tal definição e ainda destacam que o grande objetivo deste tipo de e-government é possibilitar aos cidadãos interagir com o governo a partir de suas casas, podendo fazer perguntas aos órgãos públicos, obter respostas a estas perguntas além de pagar e declarar impostos, receber pagamentos e documentos etc.

2.1.1.2 Governo-para-empresas – G2B

Segundo Jardim (2005) classificam-se na categoria governo-empresas (government-business) ou G2B as transações envolvendo o governo e as pessoas jurídicas, isto é, empresas privadas. Neste contexto, Turban *et al*. (2010) observam que este tipo de relacionamento de e-gov se deve ao fato de os órgãos públicos buscarem automatizar suas interações com as empresas privadas, especialmente no cenário de realização de operações comerciais, ou seja, compra e venda de produtos, serviços e informações.

Duarte (2011), complementando o raciocínio traçado por Vasconcellos e Rua (2005), pontua que no âmbito do B2G ainda se encontram as transações tributárias, isto é, aquelas que geram para as empresas obrigação de pagar tributos ou declarar informações em função de exercer atividades econômicas regulamentadas pelo governo.

O'Brien (2006) ressalva que as relações classificadas como G2B, na verdade, correspondem a interações de mão dupla, isto é, ocorrem tanto do governo para empresas como das empresas para o governo, não havendo prejuízo em designá-las como B2G ou G2B.

2.1.1.3 Governo-para-governo – G2G

A categoria governo-governo (government-government, G2G) abrange todas as atividades de CE intragovernamentais, prioritariamente as realizadas entre diferentes unidades dentro de um organismo governamental (Turban *et al.*, 2010, p. 246). Complementando essa visão, Jardim (2005) destaca que como G2G também são classificadas as interações, por meio eletrônico, ocorridas entre esferas diferentes de governo.

Duarte (2011) enfatiza que, no Brasil, esse tipo de e-gov vem sendo utilizado para melhorar a integração entre os diferentes entes governamentais, inclusive no aspecto tributário, além de diminuir custos de planejamento e implementação de diversos tipos de ações de diversas finalidades.

2.1.2 Governo Eletrônico e a fiscalização da Administração Tributária – SPED

Conforme Faria *et al.* (2011), hoje, no Brasil a tributação representa um custo elevado em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Como se não bastasse isto, Brito (2008) destaca que a variedade de ramos de atividade das empresas brasileiras faz com que haja mais de 170 obrigações acessórias para serem cumpridas por meio da tributação.

Outro fator, latente, que torna essa realidade ainda mais complexa é a ocorrência da sonegação fiscal que, conforme definido por Siqueira e Ramos (2005),

corresponderia à diferença entre os pagamentos efetivos e a obrigação legalmente prevista de pagar. Segundo este conceito, alguns “contribuintes podem levar vantagem da informação imperfeita que a administração tributária tem sobre sua responsabilidade e iludir a tributação.” (SIQUEIRA; RAMOS, 2005).

Em termos específicos, a sonegação, ou evasão fiscal, está ligada à incapacidade do governo de poder “observar o valor real da base tributária de um indivíduo, e daí não poder saber a sua verdadeira responsabilidade tributária.” (SIQUEIRA; RAMOS, 2005). Desta forma, resta ao governo reagir e buscar “combater essa sonegação fiscal, controlando, cada vez mais, seu sistema de administração tributária.” (FARIA *et al.*, 2011).

Faria *et al.* (2011) salientam que com os recentes avanços no campo da tecnologia da informação e comunicação, tendo a internet figurando como fator de destaque, além de possibilitarem um mundo interligado, oportunizam ferramentas que passam a colaborar com os governos no exercício de suas funções fiscalizatórias e operacionais.

Mota e Rodrigues Filho (2010) observam que a difusão generalizada das tecnologias de comércio eletrônico no âmbito do setor privado fez com que também os governos passassem a se utilizar de suas potencialidades, redesenhando diversas áreas de atividade governamental, tais como, processo eletrônico de compras, ou simplesmente *e-procurement*, além de projetos para melhorar a qualidade da informação e o poder de fiscalização no âmbito tributário.

Vasconcellos e Rua (2005, p.1) propõem que um dos ganhos obtidos com os avanços tecnológicos para o governo eletrônico foi a possibilidade de melhorar as interações entre governos, cidadãos e empresas no tocante às obrigações dos últimos para com os primeiros. “Obrigações necessárias num sistema democrático”

De acordo com Neves Júnior *et al.* (2011), devido à crescente atenção dos governos para as oportunidades proporcionadas pelas TICs, muitos projetos de e-gov vêm sendo implantados e, no Brasil, o Sistema Público de Escrituração Digital – o SPED – tem oportunizado uma expressiva transição de uma “fase do papel para a fase de transmissão digital, permitindo maior velocidade de envio, segurança, compartilhamento e confiabilidade dos dados” (NEVES JÚNIOR *et al.*, 2010, p.2).

Como marco no Brasil, de acordo com Sant’Anna e Teló (2010, p.402), pode-se destacar a publicação do Decreto Federal 5.378/2005 que instituiu “medidas de aprimoramento do sistema tributário nacional, mais especificamente quanto ao

poder de fiscalização dos governos, com impactos significativos, pois ‘exigem o maior nível de adaptabilidade das organizações, do governo e da sociedade’.

Posteriormente, com a instituição do SPED, o governo brasileiro entrou, definitivamente, na era digital, “com a finalidade de aproximar o fisco de seus contribuintes.” (FARIA *et al.*, 2011). De acordo com Duarte (2008), este projeto foi criado por meio do Decreto 6.022 de janeiro de 2007, sendo um dos elementos do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento (2007-2010).

Duarte (2011) destaca que, com o SPED, o Brasil se tornou o protagonista do maior projeto B2G do planeta, com cerca de meio milhão de emissores de notas fiscais eletrônicas, sem considerar as empresas que são obrigadas a se submeter a outros projetos que não o da nota fiscal eletrônica.

Neves Júnior *et al.* (2011) pontuam que, mesmo antes do SPED, já havia projetos de e-gov no Brasil, visando a modernização do aparato fiscalizatório tributário dos governos, mas salienta que essas iniciativas não lograram êxito completo porque imperava a falta de padronização das informações solicitadas pelos diversos níveis de governo, fossem eles: federal, estadual ou municipal. Assim, “a tecnologia da informação, juntamente com o esforço conjunto de diversas esferas públicas, tornou possível uma maior interatividade e agilidade no processo de transmissão das informações à Receita Federal, com a criação do padrão SPED” (NEVES JÚNIOR *et al.*, 2011, p.1).

Vasconcellos e Rua (2005) também sinalizavam a falta de padronização de informações e de tecnologias como barreiras ao atendimento completo ao contribuinte uma vez que os sistemas empregados pela administração tributária eram fragmentados por áreas técnicas e não havia intercâmbio de informações.

Assim, o SPED é um projeto e-gov que “resulta em um novo comportamento, novas políticas e procedimentos a serem adotados pelas organizações (...) o qual irá beneficiar os processos de gestão contábil e gerar melhorias no processo de controle fiscal das organizações”. (MOTA; CIRINO, 2010). Compreender os meandros e exigências deste novo paradigma é condição *sine qua non* para conduzir adequadamente as adaptações de sistemas que se fazem necessárias.

Segundo a Receita Federal do Brasil, o projeto SPED representa uma grande iniciativa para a modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias. Neste novo contexto, as informações são transmitidas,

eletronicamente, pelos contribuintes, às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos.

A este respeito, Faria *et al.* (2011) destacam que o SPED representa uma melhoria nos processos da Administração Tributária que permitirá uma fiscalização mais efetiva das operações dos contribuintes e possibilitará atividades de auditoria eletrônica como já ocorre com as declarações de imposto de renda.

Em síntese, conforme Duarte (2011), com a implementação do SPED, os contribuintes não passarão mais informações para cada um dos órgãos fiscalizadores em papel e, sim, por meio de um sistema digital *on-line*. Além disto, os diversos níveis de governo, sejam eles federal, estadual ou municipal, terão acesso, mediante convênio, a todas as informações armazenadas pelo sistema.

Inicialmente, Duarte (2011) explica que o SPED contemplou três grandes projetos que são Nota Fiscal Eletrônica, Escrituração Contábil Digital (ECD) e Escrituração Fiscal Digital ICMS/IPI (EFD ICMS/IPI), entretanto, novos projetos encontram-se em fase de implementação, como a Escrituração Fiscal Digital Pis/Cofins (EFD Pis/Cofins) ou em fase de planejamento, como Livro de Apuração do Lucro Real (e-Lalur), Escrituração Fiscal Social (EFD-Social) e a Central de Balanços.

2.2 Modelo Tecnologia – Organização – Ambiente (TOE)

Segundo Pudjianto et al (2009) o modelo TOE é especialmente apropriado para investigar a adoção e implementação de inovações, especialmente de tecnologia, no contexto organizacional. “O modelo TOE postula que fatores tecnológicos, organizacionais e ambientais influenciam a decisão de uma empresa a adotar e implementar inovações (PUDJIANTO et al., 2009, p.1).

Molinari (2012) propõe que o Modelo TOE de Tornatzky e Fleisher, dada sua abordagem integrativa, em nível empresarial, é um *framework* apropriado para estudo de situações em que se deseja “clarificar o caráter multideterminado e organizacional dos fatores que influenciam a adoção e a implantação de uma tecnologia” (MOLINARI, 2012, p.23). Esta abordagem se mostra apropriada,

justamente por seu foco centrado no ângulo organizacional, embora dê peso significativo aos aspectos tecnológicos e ambientes relacionados à decisão de adotar e implementar uma dada tecnologia.

Conforme Chan, Chong e Zhou (2012), ao longo dos últimos anos, muitos trabalhos têm recorrido ao uso do modelo TOE para investigar o processo de adoção e implementação de inovações e, mais recentemente, inovações ligadas ao governo eletrônico.

A tabela 3, abaixo, relaciona alguns trabalhos desenvolvidos, acerca do entendimento dos processos de adoção e implementação de comércio eletrônico e de governo eletrônico, com uso do Modelo TOE, nos últimos anos:

Tabela 3: Alguns trabalhos realizados nos últimos anos, empregando modelo TOE.

Autores e Ano	Título	Objeto de Análise	Escopo de Análise	Metodologia
CHAN, Felix T. S. CHONG, Alain Yee-Loong. ZHOU, Li. (2012)	An empirical investigation of factors affecting e-collaboration diffusion in SMEs	e-Collaboration (colaboração entre empresas de uma cadeia de suprimento, utilizando-se de tecnologias de comércio eletrônico)	Malásia	Qualitativa
RODRÍGUEZ-ARDURA, Inma. MESEGUER-ARTOLA, Antoni. (2010)	Toward a Longitudinal Model of e-Commerce: Environmental, Technological, and Organizational Drivers of B2C Adoption.	Fatores que impactam a adoção e implementação de B2C nas empresas.	Espanha	Quantitativa
OLIVEIRA, T. MARTINS, M, F. (2010)	Firms Patterns of e-Business Adoption: Evidence for the European Union-27	Fatores que impactam na adoção de B2C e B2G nas empresas europeias.	27 países	Quantitativa
HENDERSON, Dave. SHEETZ, Steven D. TRINKLE, Brad S.	The determinants of inter-organizational and internal in-house adoption of XBRL: a structural equation model.	Fatores que impactam na adoção de tecnologias de governo eletrônico (Padrão XBRL).	11 países	Quantitativa
PUDJIANTO, Boni Wahyu. HANGJUNG, Zo.	Factors Affecting E-Government Assimilation in	Adoção de tecnologias de governo eletrônico	16 países	Qualitativa

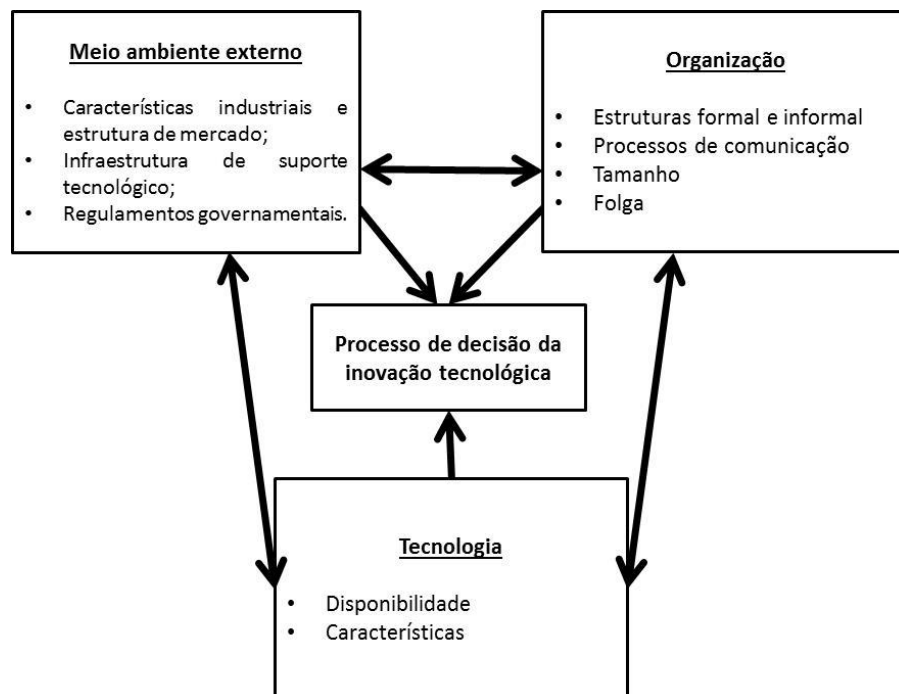
(2009)	Developing Countries.	em países desenvolvidos.		
BANDYOPADHY AY et al (2012)	Organizational adoption of cyber insurance instruments in IT security risk management – a modeling approach.	Adoção e implementação de instrumentos de ciber-seguro na gestão de risco de TI.	Estados Unidos	Quantitativa

Fonte: Elaborado pelo autor.

Oliveira e Martins (2010) pontuam que a aderência do modelo TOE ao estudo dos processos de adoção e implementação de tecnologias é significativa na medida em que ele alcança dimensões bastante abrangentes de análise (tecnologia, organizações e ambiente).

A figura 2, abaixo, sintetiza a influência dos contextos organizacional, tecnológico e ambiental, conforme a proposta original de Tornatzky e Fleisher (1990):

Figura 2: Esquema Conceitual do Modelo TOE



Fonte: Tornatzky e Fleisher (1990)

Segundo esta abordagem, no tocante aos fatores tecnológicos, três pontos em particular seriam de especial interesse: a preparação tecnológica, integração da

tecnologia e a segurança da informação (ou ciber-segurança). Quanto aos fatores organizacionais, os de principal interesse seriam: o porte da empresa, os benefícios percebidos, desafios percebidos e a expectativa de melhorias nos produtos, serviços ou nos processos internos.

Oliveira e Martins (2010), no tocante aos fatores ambientes mais relevantes, enumeram: pressão da concorrência (ou pressão competitiva), ambiente regulatório, penetração da internet e parcerias com fornecedores de serviços de tecnologia da informação, ecoando Tornatzky e Fleisher (1990).

2.2.1 Contexto Tecnológico

Henderson *et al* (2012) pontuam que os fatores tecnológicos são aqueles relacionados às avaliações e impressões frente a características intrínsecas das novas tecnologias da informação e comunicação e à influência dessas avaliações sobre a decisão de assimilar e implementar tais tecnologias. Já os fatores organizacionais descrevem os atributos das empresas que podem afetar as decisões de adoção e implementação de tecnologias de informação. E, por fim, os fatores ambientais abrangem aspectos do ambiente em que as empresas atuam e que podem interferir na pretensão de assimilar e implementar as novas tecnologias.

A preparação tecnológica “pode ser definida como a infraestrutura tecnológica e de recursos humanos, não se limitando apenas a ativos físicos, mas, também, a recursos intangíveis que são complementares aos ativos fixos.” (OLIVEIRA e MARTINS, 2010, p.48).

Zhu *et al* (2003), Zhu e Kramer (2005), Henderson *et al.* (2012) e Bosch-Rekveltdt (2011), em seus trabalhos, oferecem argumentos em favor de que a infraestrutura tecnológica estabelece a plataforma básica para assimilação e implementação de outras novas tecnologias, a exemplo de novos padrões baseados na internet. A este respeito, Hong e Zhu (2006), Rodríguez-Ardura *et al* (2010), Patel e Jacobson (2008) e Titah e Barki (2006) propõem que os recursos humanos (de TI) fornecem os conhecimentos e habilidades para o desenvolvimento apropriado das novas aplicações e processos baseados nesses novos padrões tecnológicos.

No aspecto da integração da tecnologia, Oliveira e Martins (2010) propõem que as novas tecnologias, especialmente aquelas baseadas em padrões da internet,

se caracterizam por enorme potencial de gerar economias tais como: redução do ciclo de desenvolvimento de novos produtos/serviços, melhoria no suporte e atendimento aos clientes, redução de custos ligados às compras e melhoria na coordenação entre as várias etapas das cadeias de suprimento. Henderson *et al* (2012), Rodríguez-Ardura *et al.* (2010) e Patel e Jacobson (2008) corroboram com mais este argumento ao destacarem que níveis maiores de integração tecnológica conseguidos com criação de novas aplicações baseadas em padrões técnicos da internet proporcionam níveis mais elevados de realização de negócios uma vez que as novidades se integram mais facilmente a todo um conjunto de outras aplicações pré-existent.

Ainda sobre a dimensão tecnológica, Bandyopadhyay (2012) pontua que a segurança dos sistemas de informação é um fator de grande importância para se prevenir perdas e danos relacionados a acessos não autorizados a informações críticas. Neste sentido, ressalta, ainda, que, a decisão de adoção de uma ou outra tecnologia tem relação direta com os mecanismos disponíveis em cada opção para manter níveis máximos de segurança contra acessos não autorizados.

2.2.2 Contexto Organizacional

Segundo Oliveira e Martins (2010), outra dimensão importante de investigação da assimilação e implementação de tecnologias, via análise pelo modelo TOE, seria a do contexto organizacional. Sob esta ótica, alguns atributos seriam considerados determinantes para adoção e implementação de novas tecnologias da informação. Rodríguez-Ardura *et al.* (2010) destacam o tamanho da empresa, considerando que as empresas maiores como mais propensas à inovação, além de essas empresas estarem, habitualmente, mais atentas para aproveitar oportunidades de ganhos de escala. Além disto, segundo os autores, esse tipo de empresas tem maior disponibilidade de recursos para empregar na aquisição dessas tecnologias e estão mais dispostas a acolhê-las. Patel e Jacobson (2008) enfatizam, em contraponto, que empresas maiores teriam algumas dificuldades, tais como, níveis mais intrincados de burocracia que podem tornar mais complexos os processos de tomada de decisão sobre novos projetos e idéias, exigindo níveis de colaboração e coordenação mais compatíveis com empresas de menor porte.

Gibbs e Kramer (2004), por sua vez, destacam o aspecto dos benefícios percebidos como fatores de impacto na decisão da adoção e implementação de tecnologias. Os autores esclarecem que tecnologias que geram maiores níveis de percepção de benefícios tendem a ser preferidas, enquanto aquelas tecnologias que, embora possam ser tecnicamente superiores, mas não geram níveis elevados de percepção de benefícios, tendem a ser preteridas.

Já Zhu *et al* (2003) pontuam sobre a importância de se analisar o peso dos aspectos ligados a desafios ou obstáculos percebidos, justamente porque, muitas vezes, essa adoção (e implementação) pode ser muito cara e complexa, além de ter potencial significativo de ser malsucedida.

Koellinger (2008) já sinalizam que a despeito de todos os riscos, custos e complexidade envolvidos, existem perspectivas de se obter melhorias em produtos, serviços e processos internos a partir da adoção e da implementação das tecnologias e que não podem ser negligenciadas uma vez que têm impacto substancial sobre a decisão de adoção de uma inovação qualquer.

2.2.3 Contexto Ambiental

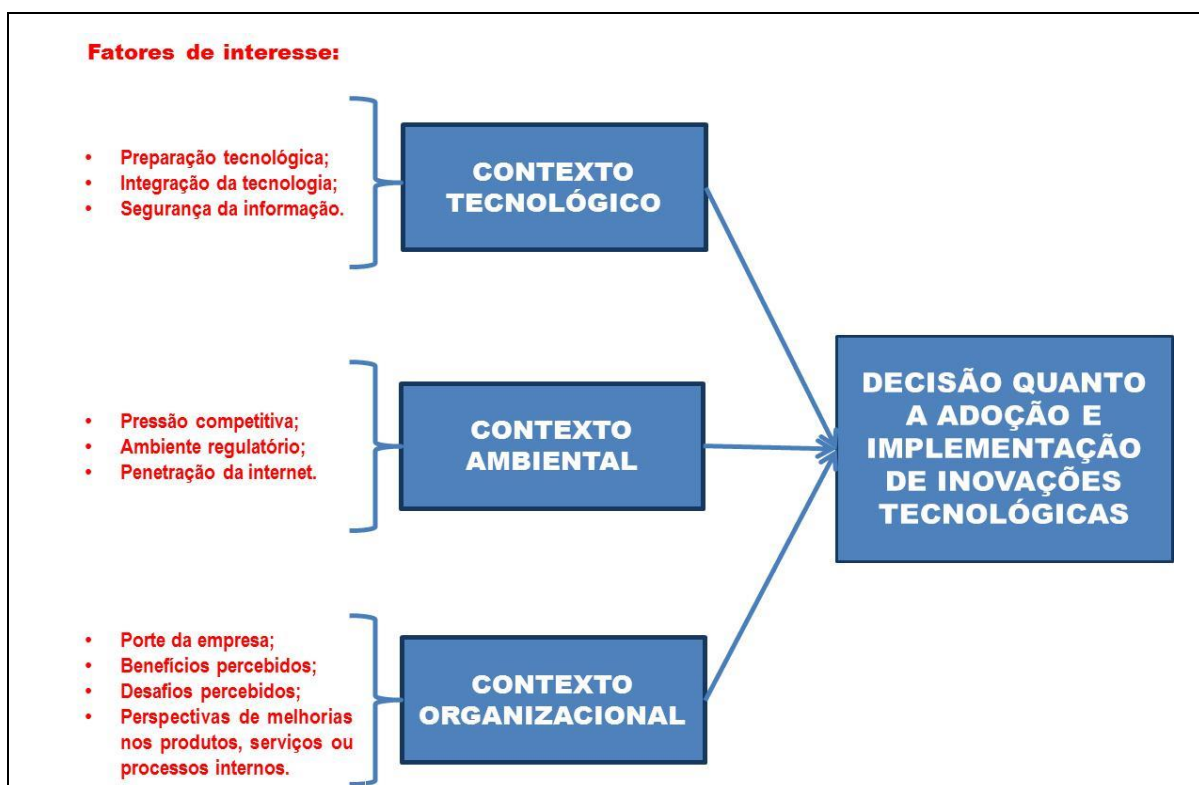
No tocante ao contexto ambiental, Oliveira e Martins (2010) enfatizam a importância da pressão da concorrência que é sentida pela empresa, exercendo o papel de propulsor da adoção da inovação. Rodriguez-Ardura *et al* (2010) complementam esse ponto de vista, lembrando que regulamentações governamentais também exercem pressão sobre as empresas no sentido de obrigá-las a executar certas atividades, embora a forma de se capacitar a isto possa ser relativamente inovadora. Zhu *et al* (2003), por sua vez, observam que a penetração da internet também exerce influência sobre a adoção e a implementação de certas tecnologias na medida em que se constitui numa infraestrutura básica que viabiliza essa adoção (e implementação), enquanto sua inviabilidade técnica impõe restrições ou mesmo impossibilidade de se aderir a essas novidades.

2.2.4 Modelo Teórico de Referência

A referência teórica para o desenrolar deste trabalho foi dada pelo modelo TOE e as adaptações teóricas propostas por Oliveira e Martins (2010) em consonância com as pesquisas empíricas de Rodríguez-Ardura *et al* (2010), Zhu *et al* (2003), Henderson *et al* (2012), Zhu e Kramer (2005), Bosch-Rekveltdt (2011), Titah e Barki (2006), Patel e Jacobson (2008), Gibbs e Kramer (2004), Koellinger (2008) e Bandyopadhyay (2012).

A figura 3, abaixo, sintetiza a abordagem teórica, inspirada no modelo TOE, que será a baliza deste trabalho:

Figura 3: Esquema conceitual do Modelo TOE com fatores de interesse da pesquisa



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Tornatzky e Fleisher (1990)

3 METODOLOGIA

Nas seções seguintes são apresentados os contornos que serviram de baliza à realização do presente trabalho de pesquisa, bem como os métodos e técnicas que orientaram a coleta e a interpretação dos dados a fim de garantir alcance dos objetivos propostos.

3.1 Tipo de Pesquisa

A presente pesquisa tem abordagem predominantemente quantitativa e, para a sua classificação, recorre-se à taxonomia apresentada por Vergara (2007) que qualifica uma pesquisa em relação a duas dimensões: quanto aos fins e quanto aos meios.

3.1.1 Quanto aos fins

A presente pesquisa é de cunho descritivo e explicativo. Pesquisa Descritiva é aquela que “expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno.” (MALHOTRA, 2006, p.147). O caráter descritivo decorre do fato de que a presente pesquisa tem como objetivo identificar fatores que impactam a adoção e implementação de e-government, adotando o caso SPED como pano de fundo. Já a Pesquisa Explicativa é aquela que, segundo Creswell (2010) tem como objetivo tornar algo inteligível, justificar seus motivos, esclarecendo que fatores contribuem, de alguma maneira, para a ocorrência de um fenômeno.

Cabe ressaltar que o modelo TOE é utilizado para fundamentação das descrições e explicações propostas nos resultados da pesquisa.

3.1.2 Quanto aos meios

Adotou-se o formato de pesquisa de campo para coleta dos dados e evidências que fundamentam as conclusões deste trabalho. Segundo Creswell

(2010), a pesquisa é considerada de campo quando envolve a coleta de dados em primeira mão, através de disponibilização de questionário às pessoas e/ou empresas integrantes da amostra selecionada.

3.2 Universo e Amostra

Considerando a abrangência do projeto SPED, que contempla as operações fiscais de quase todas as empresas do país, considerou-se que a população-alvo a ser alcançada correspondeu, justamente, ao universo de empresas brasileiras passíveis de serem obrigadas a implantarem o SPED.

Assim, como a proposta desta Pesquisa envolveu identificar os fatores que impactam a adoção e implementação do governo eletrônico na avaliação dos gestores de empresas brasileiras, utilizando o caso do SPED, foi feita a seleção de uma amostra que se restringiu às empresas brasileiras passíveis de serem obrigadas a implantarem o SPED por força da legislação e que recorreram a fóruns especializados como forma de se preparar para o processo de adoção e implementação do SPED.

Conforme Duarte (2011), existem diversos fóruns especializados que têm abrangência nacional, constituindo-se de um manancial de informações que apoiam as empresas que necessitam de mais detalhes sobre o projeto SPED a fim de planejar as mudanças necessárias no contexto empresarial.

Adotando taxonomia de Malhotra (2001), o critério de escolha da amostra foi não probabilística intencional, sendo composta pelas empresas que:

- Que estejam implantando projetos do SPED ou
- Que tenham implantado projetos do SPED há, no máximo, 24 meses, entre novembro de 2010 a novembro de 2012;
- E que conheçam e/ou recorram a fóruns especializados para se informar sobre o projeto e-gov e como se adaptar às suas exigências.

3.3 Seleção dos Sujeitos

Os sujeitos da pesquisa, conforme Malhotra (2001), são as pessoas que fornecem os dados necessários à realização da pesquisa. Assim, considerando o universo definido e considerando a amostra estabelecida, os sujeitos selecionados foram os respondentes da pesquisa que atendam a um dos critérios:

- Sejam gestores de empresas que adotam o SPED;
- Ou sejam gestores de projetos de implementação do SPED;
- Ou sejam profissionais contábeis ou fiscais de referência, tendo envolvimento direto ou indireto com os processos de adoção e implementação do SPED, apoiando os gestores em suas atribuições.

Embora os critérios de seleção das empresas estivessem baseados em perfis profissionais e os efetivos respondentes tenham sido pessoas, como unidade de análise para esta pesquisa foram consideradas as perspectivas dos gestores e dos profissionais encarregados pelos gestores, considerando o interesse do pesquisador em identificar a avaliação dos gestores quanto aos fatores que impactam a adoção e a implementação do SPED nas empresas.

3.4 Coleta de Dados

Para o alcance dos objetivos gerais e intermediários desta pesquisa, foi utilizada a *survey* como forma predominante de coleta de dados, visando identificar quais são os fatores que, na avaliação dos gestores das empresas brasileiras, impactam a adoção e implementação de projetos de governo eletrônico, considerando o caso SPED.

A escolha da *survey* se deve ao fato de, conforme Malhotra (2001), se tratar de um método baseado no interrogatório dos participantes, aos quais se fazem várias perguntas sobre seu comportamento, intenções, avaliação, motivações, empregando, geralmente, questionários estruturados com opções de resposta predeterminadas, facilitando as análises e tabulações quantitativas.

Acredita-se que esta técnica é particularmente útil porque “sua aplicação é simples” (MALHOTRA, 2001, p.288). Além disto, Roesch (2005) destaca que este método traz como vantagem o fato de ser de rápida aplicação e análise, além de ter foco na quantificação das respostas. Malhotra (2001) ainda observa que a *survey* gera dados mais confiáveis, uma vez que as respostas são previamente planejadas, limitadas às alternativas apresentadas para resposta. Este fato, segundo Roesch (2005) faz com que seja reduzida a variabilidade nos resultados, devido às diferenças entre os entrevistados.

A aplicação da *survey* ocorreu respeitando-se a orientação proposta por Easterby-Smith *et al.* (1991) que recomendam a realização de pré-teste ou pesquisa-piloto com o instrumento elaborado, a fim de verificar se as questões são compreensíveis, se a duração está adequada, se a sequência das questões está apropriada, se há questões polêmicas, se há condições de analisar os resultados e se os resultados apresentam sentido.

Para realização da pesquisa, foi aplicado questionário estruturado, com 11 questões, na forma de assertivas, que integram o Apêndice 1.

As perguntas 1, 2 e 3 foram elaboradas com o propósito exclusivo de segmentar os respondentes da amostra selecionada, observando os critérios necessários para as comparações previstas nos objetivos específicos 1, 2, 3 e 4. Tais critérios são: ramo de atividade, porte empresarial e região brasileira em que se situam as empresas dos respondentes.

Já as perguntas 4 e 5 foram elaboradas de forma a auxiliar a delimitação e seleção da amostra de respondentes considerada para formulação das análises de resultado, não tendo outra finalidade para fins de análise de dados.

As respostas à pergunta 6 do questionário de pesquisa permitiram identificar os respondentes que atendem ao primeiro critério de seleção da amostra.

Já as respostas à pergunta 5 permitiram selecionar os respondentes que atendem ao segundo critério de definição da amostra.

O último critério é checado com base nas respostas à questão 5 em combinação com as respostas à questão 4.

As perguntas 10 e 11 são compostas por assertivas dispostas em tabelas, visando facilitar as indicações dos respondentes e estimulá-los a comparar os diversos graus de importância atribuíveis a cada assertiva com o intuito de coletar

informações que são importantes no momento de analisar as respostas às questões formuladas e que orientaram a realização desta pesquisa.

A disposição das assertivas em uma matriz permite aos respondentes que, ao escolherem suas respostas, tenham visão holística das questões, minimizando a possibilidade de cair em contradição, uma vez que seria possível que eles se esquecessem das respostas atribuídas a outras assertivas, eventualmente, relacionadas àquela que estavam analisando no momento.

A tabela 4, abaixo, demonstra o relacionamento entre as variáveis de pesquisa, as dimensões do modelo teórico que embasou as análises e as assertivas que compuseram o instrumento de coleta de dados:

Tabela 4: Síntese relacionamento perguntas da pesquisa, dimensões do modelo teórico utilizado para embasamento das análises e conclusões de pesquisa.

Dimensões do Modelo TOE	Variável	Perguntas
Tecnologia	Preparação Tecnológica	10 (C); 11 (G)
	Integração da tecnologia	10 (K)
	Segurança da informação	10 (J);
Ambiente	Pressão da concorrência	10 (F)
	Ambiente regulatório	10 (A)
	Penetração da internet	10(K) e 11(E)
Organização	Porte da empresa	3
	Benefícios percebidos	10 (B; G; H; I)
	Desafios percebidos	10 (E); 11 (A; B; C; D; F)
	Perspectivas de obtenção de melhorias nos serviços, produtos ou em processos internos	10 (D; G; H)

Fonte: Elaborado pelo autor

A coleta das respostas se deu através da disponibilização do link da *survey* na página principal dos principais fóruns especializados em SPED, quais sejam, Fórum do Prof.º Roberto Dias Duarte, Fórum do José Adriano e Fórum SPED Brasil. O período de coleta das respostas teve início em 25/10/2012 e término em 06/11/2012.

3.5 Tratamento de Dados

Quanto à abordagem do problema, por ser de natureza predominantemente quantitativa, foram utilizados testes estatísticos para análise dos dados coletados pela aplicação da *survey*.

O alinhamento das questões do questionário com os objetivos específicos do projeto de pesquisa obedeceu às definições da tabela 5, abaixo:

Tabela 5: Relacionamento objetivos de pesquisa e questões da *survey*

Objetivos	Tipo	Perguntas do questionário relacionadas
Identificar que fatores impactam na adoção e na implementação do governo eletrônico, analisando o caso SPED;	Geral	De 10 até 11
Comparar se os fatores identificados são semelhantes nos diferentes ramos de atividade empresarial alcançados pela pesquisa;	Específico	2 e de 10 até 11
Comparar se os fatores identificados são semelhantes nos diferentes portes das empresas alcançadas pela pesquisa;	Específico	3 e de 10 até 11
Comparar se os fatores identificados são semelhantes nas diferentes regiões alcançadas pela pesquisa.	Específico	1 e de 10 até 11
Identificar se os critérios de segmentação empregados na pesquisa revelam alguma ligação com os cargos dos respondentes selecionados, com as ferramentas de software que adotaram, ou com os subprojetos do SPED a que precisam se submeter e mesmo com o período em que esta implantação deveria ocorrer.	Específico	1 até 3 e de 6 até 9

Fonte: elaborado pelo autor.

As perguntas 2 e de 10 até 11 permitiram segmentar e selecionar os respondentes quanto ao seu ramo de atividade e permitiram efetuar as comparações que puderam atender ao objetivo específico n.º 1.

As perguntas 3 e de 10 até 11 permitiram segmentar e selecionar os respondentes quanto ao porte empresarial e permitiram efetuar comparações que puderam atender ao objetivo específico 2.

As perguntas 1 e de 10 até 11 permitiram segmentar e selecionar os respondentes quanto à região geográfica em que atuam e permitiram efetuar as comparações que puderam atender ao objetivo específico 3.

Por fim, as perguntas de 1 até 3 e as perguntas de 6 até 9 permitiram realizar as análises e comparações que permitiram atender ao objetivo específico 4.

Inicialmente, houve segmentação dos respondentes, sendo os critérios adotados conforme abaixo:

- Os respondentes foram segmentados em função da região em que estavam situadas suas empresas, seguindo classificação empregada pelo IBGE, quais sejam: regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste – de acordo com resposta à pergunta 1 do questionário;
- Os respondentes foram segmentados em função, também, do ramo de negócios em que suas empresas se enquadrarem, quais sejam: Indústria, Comércio, Serviços e Outros, conforme parâmetros adotados pelo IBGE – de acordo com resposta à pergunta 2 do questionário.
- Os respondentes foram segmentados em função da resposta à pergunta 3 do questionário, de acordo com o porte de suas empresas, segundo os critérios a seguir, adaptados pelo autor a partir da Lei Complementar 126/2006: pequenas empresas – aquelas com faturamento até R\$ 1.500.000,00/ano; médias empresas – aquelas com faturamento entre R\$ 1.500.000,01 e R\$ 16.000.000,00 / ano e grandes empresas – aquelas com faturamento anual superior a R\$ 16.000.000,00.

Na sequência, as respostas obtidas foram totalizadas e apresentadas seguindo ritos de estatística descritiva, conforme discriminado abaixo:

- Questões do Grupo I (1 a 3):
 - São questões cuja natureza das respostas é nominal e são os questionamentos básicos para segmentações diversas, objetivando a melhoria das análises de dados. As respostas a tais questões possibilitaram a elaboração de tabelas, com o intuito de demonstrar os diversos perfis de respondentes que compõem a amostra analisada, considerando os critérios necessários ao alcance dos objetivos específicos 2, 3 e 4, conforme enumerados na Tabela 5.
- Questões do Grupo II (de 6 a 9):

- Dada a natureza nominal dos dados coletados, foram quantificadas e calculadas e demonstradas suas proporções percentuais, em cada critério de segmentação proposto nos objetivos específicos de comparação, o que permitiu evidenciar a participação de cada categoria de classificação apresentada, nas respostas às assertivas propostas aos respondentes. Para tanto, foram elaborados gráficos de setores (pizza), indicando tais proporções na amostra considerada.
- As questões do Grupo III (de 10 a 11):
 - Considerando-se a natureza não nominal dos dados coletados, foram quantificadas e tiveram calculadas e demonstradas suas medianas (gerais e em cada categoria de segmentação), além dos quartis pertinentes, demonstrando os apontamentos dos respondentes de forma individualizada, em função das assertivas de A até K (Questão 10) e de A até G (Questão 11).

A análise final contou com emprego de instrumentos de estatística paramétrica e não-paramétrica, considerando a natureza intencional da amostra de dados.

Para as questões do grupo II, nominais, foi empregado o teste qui-quadrado. Tal métrica se mostra adequada porque, segundo Malhotra (2001, p. 412) a estatística qui-quadrado é utilizada para testar a significância estatística da associação observada em uma tabulação cruzada.

A expectativa foi identificar se as proporções de ocorrência das alternativas respondidas nas questões deste grupo são as mesmas para empresas pequenas, médias e grandes (H_0 = hipótese nula) ou se são diferentes, evidenciando algum grau de concentração (H_1) em função do porte da empresa. O mesmo foi feito para os outros critérios de segmentação.

Já as comparações entre medianas, foram aplicadas às questões do grupo III, cujos dados tem caráter não nominal (intervalar ou razão). Para este caso, foi utilizado o Teste K-W, Kruskal-Wallis. Conforme Doane e Seward (2008), este teste é muito útil para analisar dados do tipo razão ou intervalares, quando há valores discrepantes ou grupos com variâncias diferentes ou, ainda, se a população não

puder ser considerada normal¹. Desta forma, foram verificadas se as medianas das respostas destas questões foram as mesmas para empresas pequenas, médias e grandes (H_0 = hipótese nula) ou se eram diferentes, evidenciando alguma tendência (H_1) em função do porte da empresa. O mesmo foi feito para os outros critérios de segmentação, quais sejam: região geográfica e ramo de atividade.

Desta forma, com a execução de todo o planejamento metodológico, o objetivo geral, que é identificar, sob a forma de *ranking*, os fatores que impactam a adoção e implementação do governo eletrônico na avaliação dos gestores de empresas brasileiras, utilizando o caso do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED – foi alcançado.

3.6 Limitações do Método

Conforme Roesch (2005), considerando a natureza da pesquisa científica, sempre há pontos fortes e pontos fracos em qualquer arranjo metodológico, cabendo ao pesquisador na estruturação de seu projeto de pesquisa ter ciência clara de um e de outro, a fim de potencializar pontos fortes e minimizar impactos negativos.

Deste modo, cabe ressaltar as limitações pertinentes ao modelo e métodos de pesquisa escolhidos.

3.6.1 Limitações da Survey

Uma limitação comum no emprego da *survey* é que “os entrevistados podem ser incapazes ou relutantes em dar a informação desejada”. (MALHOTRA, 2001, p.179).

Roesch (2005) ainda destaca que pode haver dificuldade de entendimento das perguntas, o que levaria a distorções nas respostas. Easterby-Smith *et al* (1991) ressaltam que determinadas questões podem ser inviáveis ou gerar respostas insatisfatórias porque, muitas vezes, os respondentes não sabem o porquê de suas ações e julgamentos.

¹ Para o teste Kruskal-Wallis verificar realmente a diferença entre as medianas, parte-se do pressuposto que as populações têm formatos similares, mesmo que não sejam, necessariamente, formatos de distribuição normal.

Além disto, Creswell (2010) observa que as questões estruturadas apresentam problemas de validade quando são empregadas para avaliar certos tipos de dados, tais como aqueles que envolvem julgamentos, crenças e sensações.

3.6.2 Limitações Adicionais da Metodologia

Além das limitações específicas dos métodos de coleta e tratamento de dados, discutidas em suas respectivas fundamentações teóricas, cabe relacionar que por se tratar de uma pesquisa de orientação ontológica, em que a amostragem é do tipo não probabilístico, não há razoabilidade em propor generalizações válidas para outras realidades.

Outro ponto a considerar quanto às limitações envolve o aspecto sinceridade, que pode pesar no resultado final, já que a coleta de dados está altamente vinculada à idoneidade da informação prestada pelos respondentes. Por exemplo, perguntas em que a resposta pode provocar conflito de consciência nos respondentes pelo fato de terem que admitir conduta ou julgamento moralmente reprováveis. Nestas situações, há um risco significativo de os respondentes preferirem mentir, ao invés de reconhecer condutas jurídica ou socialmente inapropriadas.

Além disto, cabe registrar que o método Kruskal-Wallis (KW), empregado nas análises de dados das questões 10 e 11, exige, como requisito de validade interna, que as diferentes amostras analisadas tenham a mesma distribuição contínua (SIEGEL, 2006, p.235). Isto é, esta pesquisa adota como pressuposto que as populações das quais foram extraídas as amostras testadas pelo Teste KW têm distribuições de formato similar, mesmo que tais distribuições não sejam, necessariamente, distribuições normais.

Mais uma consideração a respeito das limitações do método se refere à possibilidade de existirem diferenças significativas entre quem responde e aqueles que decidem não responder à survey ou a determinadas questões, o chamado viés de não resposta. Em resumo, este viés representa a impossibilidade de ter certeza sobre a similaridade de conduta, entendimento e de respostas entre indivíduos que se dispõem a responder e aqueles que optam por não fazê-lo.

Por fim, é válido destacar que, considerando uma suposição de que nem todas as empresas que poderiam ser consideradas relevantes para melhorar a

qualidade e o alcance das conclusões desta pesquisa conhecem ou recorrem a fóruns especializados como forma de buscar informações para apoiar os processos de adoção e implementação do SPED, tem-se no viés de não convite uma limitação metodológica significativa. Este viés representa uma situação em que, por impossibilidades diversas, o pesquisador não direciona os questionários para elementos que atendem aos critérios de seleção de amostra e que poderiam se manifestar, melhorando o alcance da pesquisa. Acredita-se na possibilidade de ocorrência deste viés, considerando que especialmente as pequenas empresas possam ter dificuldades para localizar os fóruns especializados em SPED para recorrer a eles como fonte de obtenção de informações sobre o projeto.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Abaixo segue uma breve descrição dos principais projetos que compõem o Sistema Público de Escrituração Digital – o SPED – além dos dados e tabelas elaborados com base na tabulação dos dados da pesquisa.

4.1 O Sistema Público de Escrituração Digital – SPED

O Sistema Público de Escrituração Digital – SPED – teve início formal em dezembro de 2003 a partir da promulgação da Emenda Constitucional n.º 42 que acrescentou à redação do artigo 37 da Constituição Federal de 1988 o inciso a seguir:

XXII - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio. (BRASIL, 1988)

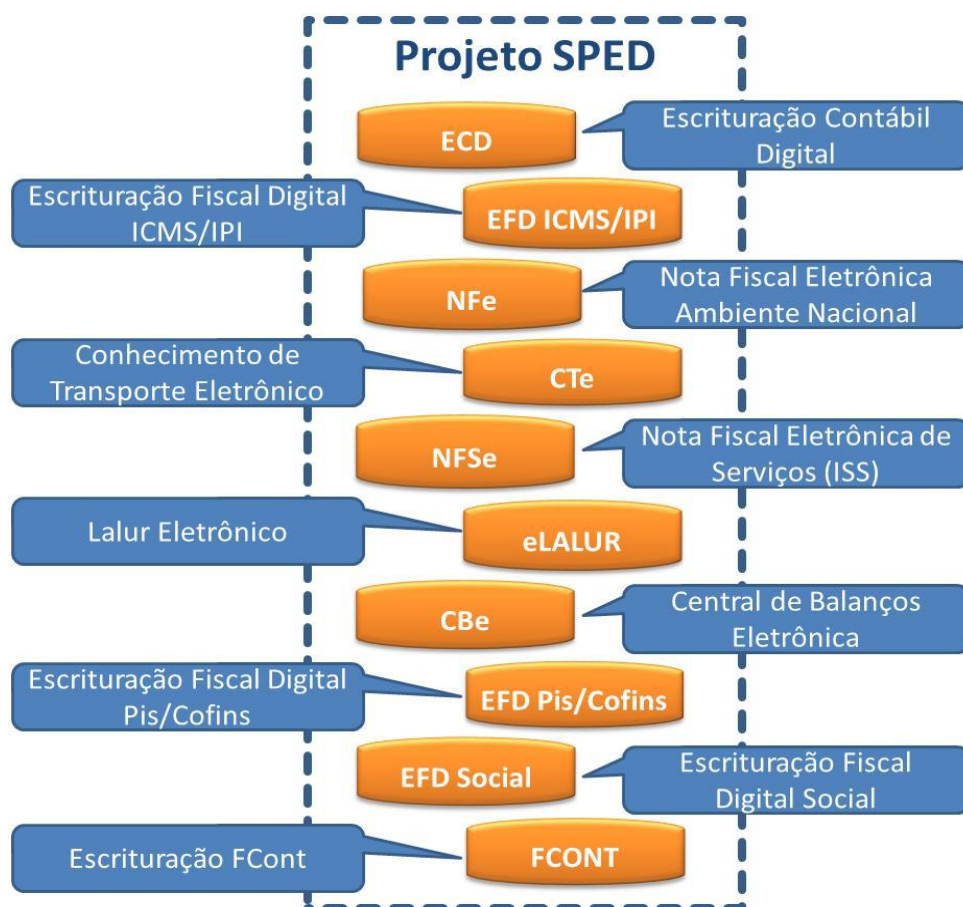
Conforme Duarte (2011), este novo dispositivo legal marcou o início do processo de transformação do ordenamento jurídico vigente para dar validade legal à instituição do SPED nos anos que se seguiram.

4.1.1 O SPED: Introdução

Conforme Duarte (2008), O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), que faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, consiste no aprimoramento da atual sistemática de cumprimento de obrigações fiscais acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, sendo composto por vários subprojetos. Dentre esses, têm destaque especial, três grandes: a escrituração contábil digital (ECD), a escrituração fiscal digital (EFD) e a nota fiscal eletrônica (NF-e) em âmbito nacional.

Mota e Cirino (2010) esclarecem que após vários anos de discussão entre a Receita Federal e as Administrações Tributárias Estaduais, decidiu-se pela implementação de um total de oito subprojetos que formam o projeto SPED, conforme figura abaixo:

FIGURA 4: Subprojetos do SPED



Fonte: Adaptado pelo autor do site da Receita Federal do Brasil

De acordo com BRASIL (2012a), a implementação total do SPED deverá modernizar os processos de escrituração fiscal, integrando os Municípios, Estados, Distrito Federal e União, o que possibilitará a troca de informações entre os fiscos. Ademais, ainda permitirá o cruzamento entre os dados contábeis e fiscais. Pode-se dizer, então, que “o SPED é a inserção das autoridades fiscais na Era do Conhecimento e esse movimento conduz toda a sociedade no mesmo caminho” (DUARTE, 2008, p.18).

Tais trocas de informação tendem a fortalecer o aparato fiscalizatório do Estado na visão de diversos autores.

Os fiscos, de uma maneira geral, têm aprimorado os seus sistemas de fiscalização. A partir dos seus próprios bancos de dados e também através do cruzamento de informações permutadas com outras esferas de poder, há um aumento substancial dos resultados no combate à evasão fiscal (DUARTE, 2011, p. 28).

Neves Júnior *et al.* (2011) corroboram com esta constatação ao enfatizarem que, através do SPED, busca-se a intensificação, aprimoramento e otimização dos procedimentos de fiscalização. Esta rotina está relacionada à arrecadação tributária, com o objetivo de inibição da sonegação. O aperfeiçoamento da utilização dos meios magnéticos nas rotinas fiscais promoveu a necessidade de unificar e compartilhar informações dos contribuintes entre os fiscos federal, estaduais e municipais. Duarte (2011) reforça que a atividade de Inteligência Fiscal se consubstancia pelas ações de obtenção e análise de dados para a produção e difusão de conhecimentos.

IGOV (2009) pontua que a unificação e interação dos agentes fiscalizadores em torno de informações compartilhadas teria pouco efeito prático caso não se tivesse previsto a criação de mecanismos, também eletrônicos, para dar validade jurídica às transações. Daí, a criação dos mecanismos de certificação digital cujos conceitos serão apresentados na sequência deste trabalho.

4.1.2 Certificação Digital

Segundo Duarte (2008) a Certificação Digital representou a primeira grande inovação na legislação brasileira com fins de possibilitar a criação do SPED, pois o projeto seria inviável se não fosse criado um mecanismo tecnológico capaz de garantir autoria, integridade, confidencialidade e não repúdio.

O Certificado digital “identifica as pessoas no mundo virtual e dá validade legal a documentos eletrônicos” (DUARTE, 2011, p.49). Os computadores e a Internet são largamente utilizados para o processamento de dados e para a troca de mensagens e documentos entre cidadãos, governo e empresas. No entanto, estas transações eletrônicas necessitam da adoção de mecanismos de segurança capazes de garantir autenticidade, confidencialidade e integridade às informações intercambiadas. A certificação digital é a tecnologia que provê estes mecanismos. No cerne da certificação digital, está o certificado digital, um documento eletrônico que contém o nome, um número público exclusivo denominado chave pública e outros dados que mostram quem somos para as pessoas e para os sistemas de informação. A chave pública serve para validar uma assinatura realizada em documentos eletrônicos.

Com a certificação digital é possível utilizar a internet como meio de comunicação alternativo para a disponibilização de diversos serviços com uma maior agilidade, facilidade de acesso e substancial redução de custos. A tecnologia da certificação digital foi desenvolvida graças aos avanços da criptografia nos últimos 30 anos.

Conforme Neves Júnior *et al.* (2011), o Certificado Digital funciona, basicamente, como uma espécie de carteira de identidade virtual que permite a identificação segura de uma mensagem ou transação em rede de computadores. O processo de certificação digital utiliza procedimentos lógicos e matemáticos bastante complexos para assegurar confidencialidade, integridade das informações e confirmação de autoria.

De acordo com Brasil (2012b), pela Emenda Constitucional Nº 42 de 2003 o projeto SPED consiste na alteração da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias, contando com uso intensivo da certificação digital. Portanto, os livros e documentos contábeis e fiscais em papel serão substituídos por documentos eletrônicos com certificação digital, garantindo assim a sua autoria, integridade e validade jurídica.

4.1.3 Principais Subprojetos do SPED

Nas seções seguintes, será apresentada uma síntese dos três subprojetos pioneiros e mais abrangentes do SPED. O propósito desta síntese é demonstrar um quadro geral de referência que possibilite uma compreensão menos superficial do alcance do projeto global no contexto das organizações.

4.1.3.1 Nota Fiscal Eletrônica

De acordo com Duarte (2011), o Projeto Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) está sendo desenvolvido, de forma integrada, pelas Secretarias de Fazenda dos Estados e Receita Federal do Brasil, a partir da assinatura do Protocolo Encontro Nacional de Administradores Tributários (ENAT) 03 de 2005, de 27/08/2005, que atribui ao Encontro Nacional de Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais

(ENCAT) a coordenação e a responsabilidade pelo desenvolvimento e implementação do Projeto NF-e.

Segundo Duarte (2011), a NF-e é um documento eletrônico que contém dados do contribuinte remetente, do destinatário e da operação a ser realizada. Este documento é assinado com certificado digital do remetente e enviado à Secretaria da Fazenda (SEFAZ) de sua unidade federativa, para validação e autorização.

A integração e a cooperação entre Administrações Tributárias têm sido temas muito debatidos em países federativos, especialmente naqueles que, como o Brasil, possuem forte grau de descentralização fiscal. Atualmente, as Administrações Tributárias despendem grandes somas de recursos para captar, tratar, armazenar e disponibilizar informações sobre a emissão de notas fiscais dos contribuintes. Os volumes de transações efetuadas e os montantes de recursos movimentados crescem num ritmo intenso e, na mesma proporção, aumentam os custos inerentes à necessidade do Estado de detectar e prevenir a evasão tributária. (BRASIL, 2012c).

Deste modo, para a Receita Federal do Brasil, este projeto de e-gov se justifica pela necessidade de investimento público voltado para a integração do processo de controle fiscal, possibilitando, conforme Brasil (2012c):

- 1) Melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os fiscos;
- 2) Redução de custos e entraves burocráticos, facilitando o cumprimento das obrigações tributárias e o pagamento de impostos e contribuições;
- 3) Fortalecimento do controle e da fiscalização.

O projeto possibilitará, segundo o entendimento da Receita Federal do Brasil, os seguintes benefícios e vantagens às partes envolvidas:

- 1) Aumento na confiabilidade da Nota Fiscal;
- 2) Melhoria no processo de controle fiscal, possibilitando um melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os fiscos;
- 3) Redução de custos no processo de controle das notas fiscais capturadas pela fiscalização de mercadorias em trânsito;
- 4) Diminuição da sonegação e aumento da arrecadação;

- 5) Suporte aos projetos de escrituração eletrônica contábil e fiscal da Receita Federal e demais Secretarias de Fazendas Estaduais;
- 6) Fortalecimento da integração entre os fiscos, facilitando a fiscalização realizada pelas Administrações Tributárias devido ao compartilhamento das informações das NF-e;
- 7) Rapidez no acesso às informações;
- 8) Eliminação do papel;
- 9) Aumento da produtividade da auditoria através da eliminação dos passos para coleta dos arquivos;
- 10) Possibilidade do cruzamento eletrônico de informações.

De maneira simplificada, a título de descrição do funcionamento geral do sistema de nota fiscal eletrônica, a empresa emissora de NF-e gerará um arquivo eletrônico contendo as informações fiscais da operação comercial, que deverá ser assinado digitalmente, de maneira a garantir a integridade dos dados e a autoria do emissor. Este arquivo eletrônico, que corresponderá à NF-e, será então transmitido pela internet para a Secretaria da Fazenda de jurisdição do contribuinte que fará uma pré-validação do arquivo e devolverá um protocolo de recebimento (Autorização de Uso), sem o qual não poderá haver o trânsito da mercadoria. (BRASIL, 2012c).

A NF-e também será transmitida para a Receita Federal, que será o repositório nacional de todas as NF-e emitidas (Ambiente Nacional) e, no caso de operação interestadual, para a Secretaria de Fazenda de destino da operação e Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), no caso de mercadorias destinadas às áreas incentivadas. As Secretarias de Fazenda e a Receita Federal do Brasil (RFB) - Ambiente Nacional, disponibilizarão consulta, através internet, para o destinatário e outros legítimos interessados, que detenham a chave de acesso do documento eletrônico. (BRASIL, 2012c).

De acordo com Duarte (2008), o contribuinte destinatário, não emissor de NF-e, poderá utilizar os dados contidos no DANFE para a escrituração da NF-e, sendo que sua validade ficará vinculada à efetiva existência da NF-e nos arquivos das administrações tributárias envolvidas no processo, comprovada através da emissão da Autorização de Uso. O contribuinte emitente da NF-e, realizará a escrituração a partir das NF-e emitidas e recebidas.

4.1.3.2 Escrituração Contábil Digital - ECD

De acordo com Faria et al. (2011), a Escrituração Contábil Digital – ECD – corresponde à substituição da escrituração em papel dos livros contábeis e mercantis pela versão digital, também chamada de SPED-Contábil.

O projeto ECD é, simplificada, a geração de livros contábeis em meio eletrônico, através de arquivo com *layout* padrão e assinado com certificado digital. Trata-se, conforme (BRASIL, 2012d), da obrigação de transmitir em versão digital os seguintes livros:

- I. Livro Diário e seus auxiliares, se houver;
- II. Livro Razão e seus auxiliares, se houver;
- III. Livro Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.

Faria et al. (2011), enfatizam que a partir de seu sistema de gestão integrada –ERP – ou a partir do seu sistema de contabilidade, a empresa gera um arquivo digital em um formato específico que é submetido a um programa fornecido pelo SPED, o Programa Validador e Assinador – o PVA.

Conforme Duarte (2008), através do programa PVA da ECD, são executadas: a) a validação do arquivo contendo a escrituração; b) a assinatura digital do livro – pela(s) pessoa(s) que têm poderes para assinar, de acordo com os registros da Junta Comercial e pelo Contabilista; c) a geração e assinatura de requerimento para autenticação dirigido à Junta Comercial de sua jurisdição e d) após assinados a escrituração e o requerimento, faz-se a transmissão para o SPED.

4.1.3.3 Escrituração Fiscal Digital – EFD ICMS/IPI

Segundo Duarte (2008), a Escrituração Fiscal Digital (EFD ICMS/IPI) é um arquivo digital, que se constitui de um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como de registros de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte.

Faria et al. (2011), lembram que este arquivo deverá ser assinado digitalmente e transmitido, via internet, ao ambiente SPED. Além disto, a EFD tem o objetivo de substituir diversas obrigações fiscais que as empresas devem apresentar

ao fisco e que, atualmente, são fornecidas por meio de um grande número de demonstrações em meio impresso e eletrônico, constando com diferentes *layouts*, o que acarreta um aumento de obrigações ao contribuinte.

De acordo com Faria *et al.* (2011), através do CONVÊNIO ICMS 143/06 Publicado no Diário Oficial da União (DOU), de 20.12.06, pelo Despacho 18/06, tem-se a indicação das empresas obrigadas à EFD, bem como delegação de autoridade às Secretarias de Estado da Fazenda para dispensar contribuintes desta obrigação nos casos de interesse.

Em princípio, conforme o CONVÊNIO ICMS 143/06 (2006), a EFD substituirá a escrituração e impressão dos seguintes livros: Registro de Entradas, Registro de Saídas, Registro de Inventário, Registro de Apuração do IPI, Registro de Apuração do ICMS e Livro de Controle de Crédito de ICMS sobre o Ativo Permanente – o CIAP. Contudo, espera-se que outras obrigações sejam incorporadas à EFD. (BRASIL, 2012e).

Com relação à apuração, entrega e guarda, espera-se que o arquivo seja enviado mensalmente, relativo à apuração do mês anterior à entrega. Mais uma vez, o contribuinte é responsável pela guarda dos arquivos eletrônicos. (DUARTE, 2008).

Duarte (2008) enfatiza que a EFD é extremamente detalhada, contendo mais de cem tipos diferentes de transação para informar, dado o nível de exigência com relação às informações fiscais solicitadas.

Em concordância com Brasil (2012e), em termos específicos, a EFD demonstra toda a movimentação de entrada, saída, inventário de mercadorias e serviços, além da apuração dos impostos ICMS e IPI e do Controle de Créditos de ICMS sobre o Ativo Permanente – o CIAP.

Faria *et al.* (2011) observa que com a codificação da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM – sendo obrigatória dentro do conteúdo do arquivo EFD, o fisco poderá rastrear toda a cadeia produtiva, buscando indícios de fraudes ou sonegação. Já Duarte (2008), acrescenta que além de conter todas as notas fiscais de entrada e saída de uma empresa, o arquivo da EFD contém os dados das faturas das notas fiscais, bem como os vencimentos das faturas. Portanto, é possível deduzir que o fisco terá praticamente todas as informações necessárias para projetar o fluxo de caixa das empresas.

4.2 Estatísticas Descritivas

Considerando os objetivos da pesquisa, seguem abaixo gráficos e tabelas que demonstram, através de ferramentas da estatística descritiva, o perfil da amostra de dados considerada para embasar os resultados e conclusões deste trabalho.

Respeitando os critérios de seleção de respondentes estabelecidos no plano de amostragem, foram selecionados 345 respondentes, cujas distribuições, por região, ramo de atividade e porte das empresas que representam, podem ser melhor compreendidos através das tabelas de síntese abaixo:

Tabela 7: Segmentação dos respondentes pelo porte das empresas

Respondentes	Critério: PORTE DAS EMPRESAS			
	Pequena	Média	Grande	Total
Total Respondentes	69	114	162	345

Fonte: Elaborada pelo autor

Tabela 8: Segmentação dos respondentes pela região geográfica das empresas

Respondentes	Critério: REGIÃO DAS EMPRESAS					
	N	S	NE	CO	SE	Total
Total Respondentes	3	87	37	17	201	345

Fonte: Elaborada pelo autor

Tabela 9: Segmentação dos respondentes por ramo de atividade das empresas

Respondentes	Critério: RAMO DE ATIVIDADE DAS EMPRESAS				
	Comércio	Serviços	Indústria	Outros	Total
Total Respondentes	62	136	130	17	345

Fonte: Elaborada pelo autor

4.2.1 Apresentação dados questões do Grupo I

As tabelas de 10 a 12, abaixo, relacionam os critérios de segmentação dos respondentes selecionados na amostra, tomando os critérios Ramo de Atividade, Porte e Região onde se situam as empresas, tomados, dois a dois:

Tabela 10: Quantidade de respondentes (estratificado por porte e região)

REGIÕES	PORTE EMPRESARIAL				
	Pequena	Média	Grande	Total	Proporção
Sudeste	33	69	99	201	58,26%
Sul	17	27	43	87	25,22%
Centro-oeste	6	3	8	17	4,93%
Nordeste	13	14	10	37	10,72%
Norte	0	1	2	3	0,87%
Total Respondentes	69	114	162	345	100,00%
Proporção	20,00%	33,04%	46,96%	100,00%	

Fonte: Elaborada pelo autor

Tabela 11: Quantidade de respondentes (estratificado por porte e ramo de atividade)

RAMOS DE ATIVIDADE	PORTE EMPRESARIAL				
	Pequena	Média	Grande	Total	Proporção
Comércio	9	19	34	62	17,97%
Serviços	55	53	28	136	39,42%
Indústria	2	37	91	130	37,68%
Outros	3	5	9	17	4,93%
Total Respondentes	69	114	162	345	100,00%
Proporção	20,00%	33,04%	46,96%	100,00%	

Fonte: Elaborada pelo autor

Tabela 12: Quantidade de respondentes (estratificado por ramo de atividade e região)

REGIÕES	RAMOS DE ATIVIDADE					
	Comércio	Serviços	Indústria	Outros	Total	Proporção
Sudeste	38	74	79	10	201	58,26%
Sul	7	41	35	4	87	25,22%
Centro-oeste	4	6	5	2	17	4,93%
Nordeste	12	15	9	1	37	10,72%
Norte	1	0	2	0	3	0,87%
Total Respondentes	62	136	130	17	345	100,00%
Proporção	17,97%	39,42%	37,68%	4,93%	100,00%	

Fonte: Elaborada pelo autor

Os dados apresentados nas tabelas de caracterização da amostra de respondentes explicitam uma concentração significativa de respondentes nas regiões Sudeste e Sul, mas é relevante destacar presença relevante de respondentes nas demais regiões brasileiras alcançadas pela pesquisa, especialmente as regiões Centro-oeste e Nordeste.

Outra constatação pertinente é a de que as empresas de pequeno porte, embora mais numerosas em termos nacionais – segundo o IBGE, em 2012, 99% das empresas formais brasileiras pertenciam ao segmento das micro e pequenas empresas – apareceram em proporção menor nas amostras que compõem o total de respondentes da pesquisa. Isto pode decorrer de possível viés de não convite, apontado como possível limitação metodológica, bem como pelo fato de o segmento das micro e pequenas empresas gozarem de tratamento tributário diferenciado que as coloca em última posição na lista de empresas a serem priorizadas pelo governo quando da implementação de um projeto e-gov tal como o SPED.

4.2.2 Apresentação dados questões do Grupo II

Através da tabela 13 abaixo, pode-se compreender as proporções de respondentes em cada cargo.

Tabela 13: Distribuição proporcional dos Cargos dos respondentes

CARGOS DOS RESPONDENTES	PORTE EMPRESARIAL				
	Pequena	Média	Grande	Total	Proporção
Analista	14	43	79	136	39,42%
Supervisor	8	26	32	66	19,13%
Gerente	26	10	31	67	19,42%
Terceirizado	8	14	11	33	9,57%
Outros	13	21	9	43	12,46%
Total Respondentes	69	114	162	345	100,00%

Fonte: Elaborada pelo autor

As tabelas 14 e 15 abaixo permitem comparar as proporções dos cargos em cada porte de empresa (pequeno, médio e grande) de forma sintética e de forma analítica.

Tabela 14: Distribuição proporcional dos Cargos dos respondentes em cada porte empresarial – geral

CARGOS DOS RESPONDENTES	PORTE EMPRESARIAL			
	Pequena	Média	Grande	Total
Analista	10%	32%	58%	100%
Supervisor	12%	39%	48%	100%
Gerente	39%	15%	46%	100%
Terceirizado	24%	42%	33%	100%
Outros	30%	49%	21%	100%

Fonte: Elaborada pelo autor

Tabela 15: Distribuição proporcional dos Cargos dos respondentes em cada porte empresarial – por segmento de porte

CARGOS DOS RESPONDENTES	PORTE EMPRESARIAL		
	Pequena	Média	Grande
Analista	20%	38%	49%
Supervisor	12%	23%	20%
Gerente	38%	9%	19%
Terceirizado	12%	12%	7%
Outros	19%	18%	6%
Total Respondentes	100%	100%	100%

Fonte: Elaborada pelo autor

As tabelas 16 e 17, a seguir, permitem visualizar as proporções dos diferentes cargos em cada região alcançada pela pesquisa.

Tabela 16: Distribuição proporcional dos Cargos dos respondentes por região - geral

CARGOS	REGIÕES					
	Norte	Sul	Nordeste	Centro-oeste	Sudeste	Total
Analista	1%	28%	7%	6%	58%	100%
Supervisor	0%	23%	9%	5%	64%	100%
Gerente	0%	25%	15%	4%	55%	100%
Terceirizado	3%	18%	15%	0%	64%	100%
Outros	0%	26%	16%	7%	51%	100%

Fonte: Elaborada pelo autor

Tabela 17: Distribuição proporcional dos Cargos dos respondentes por região – por cada segmento regional

CARGOS	REGIÕES				
	Norte	Sul	Nordeste	Centro-oeste	Sudeste
Analista	67%	44%	24%	47%	39%
Supervisor	0%	17%	16%	18%	21%
Gerente	0%	20%	27%	18%	18%
Terceirizado	33%	7%	14%	0%	10%
Outros	0%	13%	19%	18%	11%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborada pelo autor

As tabelas 18 e 19 abaixo permitem visualizar as proporções dos cargos pesquisados nos distintos ramos de atividade empresarial inquiridos:

Tabela 18: Distribuição proporcional dos Cargos dos respondentes por ramo de atividade - geral

CARGOS	RAMO DE ATIVIDADE				
	Indústria	Comércio	Serviços	Outros	Total
Analista	46%	15%	32%	6%	100%
Supervisor	41%	14%	42%	3%	100%
Gerente	30%	21%	45%	4%	100%
Terceirizado	30%	27%	36%	6%	100%
Outros	23%	21%	51%	5%	100%

Fonte: Elaborada pelo autor

Tabela 19: Distribuição proporcional dos Cargos dos respondentes por cada segmento de ramo de atividade

CARGOS	RAMO DE ATIVIDADE			
	Indústria	Comércio	Serviços	Outros
Analista	48%	34%	32%	47%
Supervisor	21%	15%	21%	12%
Gerente	15%	23%	22%	18%
Terceirizado	8%	15%	9%	12%
Outros	8%	15%	16%	12%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborada pelo autor

As tabelas 20 e 21 permitem compreender a realidade das empresas quanto aos programas utilizados para atendimento às exigências do SPED, evidenciando os tipos de solução tecnológica empregados em cada porte empresarial alcançado pela pesquisa:

Tabela 20: Distribuição proporcional dos tipos de solução de software empregados pelos respondentes por porte empresarial - geral

TIPOS DE SOLUÇÃO DE SOFTWARE	PORTE			
	Pequena	Média	Grande	Total
Programa criado na empresa	14%	29%	57%	100%
Programa fornecido pelo governo	6%	44%	50%	100%
Programa fabricado por outra empresa	22%	32%	46%	100%
Outros	9%	55%	36%	100%

Fonte: Elaborada pelo autor

Tabela 21: Distribuição proporcional dos tipos de solução de software empregados pelos respondentes por cada segmento de porte empresarial

TIPOS DE SOLUÇÃO DE SOFTWARE	PORTE		
	Pequena	Média	Grande
Programa criado na empresa	7%	9%	12%
Programa fornecido pelo governo	1%	6%	5%
Programa fabricado por outra empresa	90%	80%	80%
Outros	1%	5%	2%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Elaborada pelo autor

Já as tabelas 22 e 23 permitem compreender a utilização dos programas de computador nas variadas regiões pesquisadas:

Tabela 22: Proporções indicativas dos programas de computador utilizados pelas empresas para atendimento do SPED nas empresas – geral:

TIPOS DE SOLUÇÃO DE SOFTWARE	REGIÃO					
	Norte	Sul	Centro-oeste	Nordeste	Sudeste	Total
Programa criado na empresa	0%	34%	3%	6%	57%	100%
Programa fornecido pelo governo	0%	38%	0%	6%	56%	100%
Programa fabricado por outra empresa	1%	23%	6%	12%	59%	100%
Outros	0%	45%	0%	9%	45%	100%

Fonte: Elaborada pelo autor

Tabela 23: Proporções indicativas dos programas de computador utilizados pelas empresas para atendimento do SPED nas regiões alcançadas pela pesquisa:

TIPOS DE SOLUÇÃO DE SOFTWARE	REGIÃO				
	Norte	Sul	Centro-oeste	Nordeste	Sudeste
Programa criado na empresa	0%	14%	6%	5%	10%
Programa fornecido pelo governo	0%	7%	0%	3%	4%
Programa fabricado por outra empresa	100%	74%	94%	89%	83%
Outros	0%	6%	0%	3%	2%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborada pelo autor

As tabelas 24 e 25 demonstram a utilização dos programas de computador nos variados ramos de negócio pesquisados

Tabela 24: Proporções indicativas dos programas de computador utilizados pelas empresas para atendimento do SPED nos variados ramos de negócio – geral:

TIPOS DE SOLUÇÃO DE SOFTWARE	RAMO				
	Indústria	Comércio	Serviços	Outros	Total
Programa criado na empresa	46%	3%	40%	11%	100%
Programa fornecido pelo governo	44%	19%	38%	0%	100%
Programa fabricado por outra empresa	36%	20%	39%	5%	100%
Outros	45%	0%	55%	0%	100%

Fonte: Elaborada pelo autor

Tabela 25: Proporções indicativas dos programas de computador utilizados pelas empresas para atendimento do SPED nas regiões alcançadas pela pesquisa:

TIPOS DE SOLUÇÃO DE SOFTWARE	RAMO			
	Indústria	Comércio	Serviços	Outros
Programa criado na empresa	12%	2%	10%	24%
Programa fornecido pelo governo	5%	5%	4%	0%
Programa fabricado por outra empresa	78%	94%	81%	76%
Outros	4%	0%	4%	0%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborada pelo autor

As tabelas 26 até 28 evidenciam o volume de empresas que haviam implementado ou estavam implementando um ou mais projetos ligados ao SPED no momento da pesquisa, considerando o porte, a região e o ramo de atividade.

Tabela 26: Subprojetos do SPED implementados ou em processo de implementação em função do porte empresarial

Projetos SPED implementados ou em implementação	PORTE			
	Pequena	Média	Grande	Total
NF-e	53	97	143	293
ECD	42	85	132	259
EFD ICMS/IPI	54	88	143	285
EFD Contribuições	63	101	156	320
SPED e-Lalur	8	25	49	82
Outros	4	6	21	31
Total	224	402	644	1270
Proporção	18%	32%	51%	100%

Fonte: Elaborada pelo autor

Tabela 26: Subprojetos do SPED implementados ou em processo de implementação em função da região

Projetos SPED implementados ou em implementação	REGIÃO					
	N	S	CO	NE	SE	Total
NF-e	2	72	17	32	170	293
ECD	2	64	13	26	154	259
EFD ICMS/IPI	3	76	16	33	157	285
EFD Contribuições	3	84	16	34	183	320
SPED e-Lalur	0	27	2	7	46	82
Outros	1	7	1	0	22	31
Total	11	330	65	132	732	1270
Proporção	1%	26%	5%	10%	58%	100%

Fonte: Elaborada pelo autor

Tabela 27: Subprojetos do SPED implementados ou em processo de implementação em função do ramo de atividade

Projetos SPED implementados ou em implementação	RAMO DE ATIVIDADE				
	Indústria	Comércio	Serviços	Outros	Total
NF-e	120	57	102	14	293
ECD	98	49	97	15	259
EFD ICMS/IPI	116	51	103	15	285
EFD Contribuições	118	60	125	17	320
SPED e-Lalur	33	16	28	5	82
Outros	15	4	9	3	31
Total	500	237	464	69	1270
Proporção	39%	19%	37%	5%	100%

Fonte: Elaborada pelo autor

A partir das tabelas 28 até 30 é possível visualizar proporções que demonstram os anos em que as empresas mais se empenharam em projetos de adoção e implementação do SPED:

Tabela 28: Ano de implementação dos subprojetos do SPED nas empresas – em função do porte empresarial

Projetos SPED implementados ou em implementação	PORTE				Proporção
	Pequena	Média	Grande	Total	
Ano 2008	6%	17%	78%	100%	5%
Ano 2009	14%	18%	68%	100%	13%
Ano 2010	24%	26%	50%	100%	12%
Ano 2011	21%	40%	40%	100%	16%
Ano 2012	21%	37%	42%	100%	29%
Após 2012	25%	25%	49%	100%	20%
Sem definição	11%	79%	11%	100%	6%

Fonte: Elaborada pelo autor

Tabela 29: Ano de implementação dos subprojetos do SPED nas empresas – em função da região

Projetos SPED implementados ou em implementação	REGIÃO						Proporção
	Norte	Sul	Centro-oeste	Nordeste	Sudeste	TOTAL	
Ano 2008	6%	28%	6%	6%	56%	100%	5%
Ano 2009	0%	27%	7%	7%	59%	100%	13%
Ano 2010	2%	14%	12%	14%	57%	100%	12%
Ano 2011	2%	26%	2%	15%	55%	100%	16%
Ano 2012	0%	25%	4%	9%	62%	100%	29%
Após 2012	0%	25%	4%	10%	60%	100%	20%
Sem definição	0%	37%	0%	16%	47%	100%	6%

Fonte: Elaborada pelo autor

Tabela 30: Ano de implementação dos subprojetos do SPED nas empresas – em função do ramo de atividade

Projetos SPED implementados ou em implementação	RAMO DE ATIVIDADE					Proporção
	Indústria	Comércio	Serviços	Outros	Total	
Ano 2008	61%	11%	28%	0%	100%	5%
Ano 2009	50%	20%	23%	7%	100%	13%
Ano 2010	33%	21%	36%	10%	100%	12%
Ano 2011	25%	25%	43%	8%	100%	16%
Ano 2012	35%	16%	44%	4%	100%	28%
Após 2012	39%	16%	43%	1%	100%	20%
Sem definição	45%	10%	40%	5%	100%	6%

Fonte: Elaborada pelo autor

4.2.3 Apresentação dados questões do Grupo III

Dando continuidade à apresentação das estatísticas descritivas dos dados, segue, nas tabelas abaixo, apresentação de um *ranking* das medianas gerais das respostas consideradas na análise, independentemente de qualquer critério de classificação e segmentação das amostras utilizadas na pesquisa, contemplando as assertivas das questões 10 e 11:

Tabela 31: *Ranking* das medianas gerais das respostas às assertivas da questão 10

Questões	Mediana Geral	1º Quartil	3º Quartil
A= Obrigatoriedade governamental	7,0	7,0	7,0
I= Expectativa de reduzir o volume de obrigações acessórias	7,0	2,0	6,0
C= Disponibilidade de equipe experiente	6,0	4,0	7,0
G= Expectativa de melhorar a qualidade das informações prestadas ao governo, minimizando riscos	6,0	4,0	7,0
H= Expectativa de melhorar processos e controle internos	6,0	4,0	7,0
E= Pressão da alta administração	5,0	3,0	6,0
B= Expectativa de redução de custos	4,0	2,0	6,0
D= Expectativa de criar vínculos de cooperação com instituições governamentais	4,0	2,0	6,0
F= Pressão dos concorrentes que já estão adotando ou irão adotar em breve	4,0	2,0	6,0
J= A segurança das informações envolvidas, considerando o uso da assinatura digital.	3,0	2,0	5,0
K= Disponibilidade de infraestrutura de TI apropriada.	3,0	2,0	5,0

Tabela 32: *Ranking* das medianas gerais das respostas às assertivas da questão 11

Questões	Mediana Geral	1º Quartil	3º Quartil
A= Complexidade dos projetos que compõem o SPED	7,0	6,0	7,0
B= Adequação plena da escrituração fiscal das empresas	7,0	5,0	7,0
D= Disponibilidade de profissionais qualificados e com conhecimentos sólidos em SPED	7,0	6,0	7,0
F= Suporte por parte das instituições de governo para facilitar implementação	7,0	6,0	7,0
C= Ocorrência de sonegação fiscal nas empresas	6,0	5,0	7,0
E= Disponibilidade de acesso satisfatório à internet	5,0	3,0	7,0
G= Uso de padrões tecnológicos conhecidos.	2,0	1,0	4,0

Já as tabelas a seguir, referentes apenas à questão 10, apresentam as medianas gerais de cada assertiva em contraste com as medianas específicas de cada opção nos variados critérios de classificação (ramo de atividade, porte empresarial e região onde se situam as empresas) e considerando as classificações observáveis em cada critério:

Tabela 33: Medianas gerais e parciais das respostas às assertivas da questão 10 – Critério Porte Empresarial

Questões	Mediana Geral	CRITÉRIO: PORTE EMPRESARIAL		
		Pequenas	Médias	Grandes
A= Obrigatoriedade governamental	7,0	7,0	7,0	7,0
B= Expectativa de redução de custos	4,0	4,0	4,0	4,0
C= Disponibilidade de equipe experiente	6,0	6,0	6,0	6,0
D= Expectativa de criar vínculos de cooperação com instituições governamentais	4,0	4,0	3,0	4,0
E= Pressão da alta administração	5,0	4,5	4,0	5,0
F= Pressão dos concorrentes que já estão adotando ou irão adotar em breve	4,0	4,0	4,0	4,0
G= Expectativa de melhorar a qualidade das informações prestadas ao governo, minimizando riscos	6,0	6,0	6,0	7,0
H= Expectativa de melhorar processos e controle internos	6,0	6,0	6,0	6,0
I= Expectativa de reduzir o volume de obrigações acessórias	7,0	6,0	6,0	7,0
J= A segurança das informações envolvidas, considerando o uso da assinatura digital.	3,0	3,0	3,0	2,5
K= Disponibilidade de infraestrutura de TI apropriada.	3,0	3,0	3,0	4,0

Tabela 34: Medianas gerais e parciais das respostas às assertivas da questão 10 – Critério Região da empresa

Questões	Mediana Geral	CRITÉRIO: REGIÃO DA EMPRESA				
		N	S	CO	NE	SE
A= Obrigatoriedade governamental	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0
B= Expectativa de redução de custos	4,0	7,0	4,0	5,0	3,0	4,0
C= Disponibilidade de equipe experiente	6,0	7,0	6,0	6,5	6,0	6,0
D= Expectativa de criar vínculos de cooperação com instituições governamentais	4,0	7,0	4,0	3,0	3,0	4,0
E= Pressão da alta administração	5,0	4,0	4,0	5,0	4,0	5,0
F= Pressão dos concorrentes que já estão adotando ou irão adotar em breve	4,0	4,0	4,0	4,0	3,0	4,0
G= Expectativa de melhorar a qualidade das informações prestadas ao governo, minimizando riscos	6,0	7,0	6,0	7,0	6,0	6,0
H= Expectativa de melhorar processos e controle internos	6,0	7,0	6,0	6,5	5,0	6,0
I= Expectativa de reduzir o volume de obrigações acessórias	7,0	6,0	7,0	7,0	5,0	7,0
J= A segurança das informações envolvidas, considerando o uso da assinatura digital.	3,0	1,0	3,0	6,0	2,0	3,0
K= Disponibilidade de infraestrutura de TI apropriada.	3,0	2,0	5,0	5,0	2,0	3,0

Tabela 35: Medianas gerais e parciais das respostas às assertivas da questão 10 – Critério Ramo de Atividade

Questões	Mediana Geral	CRITÉRIO: RAMO DE ATIVIDADE			
		INDÚSTRIA	COMÉRCIO	SERVIÇOS	OUTROS
A= Obrigatoriedade governamental	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0
B= Expectativa de redução de custos	4,0	4,0	5,0	4,0	3,0
C= Disponibilidade de equipe experiente	6,0	6,0	6,0	6,0	4,0
D= Expectativa de criar vínculos de cooperação com instituições governamentais	4,0	4,0	3,0	4,0	2,0
E= Pressão da alta administração	5,0	4,0	5,0	5,0	4,0
F= Pressão dos concorrentes que já estão adotando ou irão adotar em breve	4,0	3,0	4,0	4,0	2,0
G= Expectativa de melhorar a qualidade das informações prestadas ao governo, minimizando riscos	6,0	7,0	7,0	6,0	6,0
H= Expectativa de melhorar processos e controle internos	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0
I= Expectativa de reduzir o volume de obrigações acessórias	7,0	7,0	7,0	6,0	6,0
J= A segurança das informações envolvidas, considerando o uso da assinatura digital.	3,0	3,0	2,0	3,0	3,0
K= Disponibilidade de infraestrutura de TI apropriada.	3,0	5,0	3,0	3,0	4,0

Abaixo, são apresentadas as tabelas da questão 11, novamente, apresentando as medianas gerais em contraste com as medianas específicas de cada opção nos variados critérios de classificação (ramo de atividade, porte empresarial e região onde se situam as empresas) e considerando as classificações observáveis em cada critério:

Tabela 36: Medianas gerais e parciais das respostas às assertivas da questão 11 – Critério Porte Empresarial

Questões	Mediana Geral	CRITÉRIO: PORTE EMPRESARIAL		
		Pequenas	Médias	Grandes
A= Complexidade dos projetos que compõem o SPED	7,0	7,0	7,0	7,0
B= Adequação plena da escrituração fiscal das empresas	7,0	7,0	6,0	6,5
C= Ocorrência de sonegação fiscal nas empresas	6,0	6,0	6,0	6,0
D= Disponibilidade de profissionais qualificados e com conhecimentos sólidos em SPED	7,0	7,0	7,0	7,0
E= Disponibilidade de acesso satisfatório à internet	5,0	5,0	5,0	5,0
F= Suporte por parte das instituições de governo para facilitar implementação	7,0	7,0	7,0	7,0

G= Uso de padrões tecnológicos conhecidos.	2,0	2,0	2,0	3,0
--------------------------------------------	-----	-----	-----	-----

Tabela 37: Medianas gerais e parciais das respostas às assertivas da questão 11 – Critério Região da empresa

Questões	Mediana Geral	CRITÉRIO: REGIÃO DA EMPRESA				
		N	S	CO	NE	SE
A= Complexidade dos projetos que compõem o SPED	7,0	6,0	7,0	7,0	7,0	7,0
B= Adequação plena da escrituração fiscal das empresas	7,0	5,0	7,0	7,0	7,0	6,0
C= Ocorrência de sonegação fiscal nas empresas	6,0	5,5	6,0	6,5	6,0	6,0
D= Disponibilidade de profissionais qualificados e com conhecimentos sólidos em SPED	7,0	6,0	6,0	7,0	7,0	7,0
E= Disponibilidade de acesso satisfatório à internet	5,0	6,0	5,0	5,5	5,0	5,0
F= Suporte por parte das instituições de governo para facilitar implementação	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0
G= Uso de padrões tecnológicos conhecidos.	2,0	1,5	2,0	2,5	4,0	2,0

Tabela 38: Medianas gerais e parciais das respostas às assertivas da questão 11 – Critério Ramo de Atividade

Questões	Mediana Geral	CRITÉRIO: RAMO DE ATIVIDADE			
		INDÚSTRIA	COMÉRCIO	SERVIÇOS	OUTROS
A= Complexidade dos projetos que compõem o SPED	7,0	7,0	7,0	7,0	5,0
B= Adequação plena da escrituração fiscal das empresas	7,0	7,0	6,0	7,0	6,0
C= Ocorrência de sonegação fiscal nas empresas	6,0	6,0	7,0	6,0	6,0
D= Disponibilidade de profissionais qualificados e com conhecimentos sólidos em SPED	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0
E= Disponibilidade de acesso satisfatório à internet	5,0	5,0	6,0	5,0	4,0
F= Suporte por parte das instituições de governo para facilitar implementação	7,0	7,0	7,0	7,0	6,0
G= Uso de padrões tecnológicos conhecidos.	2,0	2,0	3,0	2,0	3,0

4.3 Resultados Testes Estatísticos

Conforme proposto no tópico Análise de Dados do capítulo de Metodologia, foram realizados os testes estatísticos, quais sejam, Teste Qui-quadrado para as questões do grupo II e Teste Kruskal-Wallis (KW) para as questões do Grupo III.

4.3.1 Resultados Questões Grupo II

Em todos os testes para as questões do Grupo II, considerou-se um nível de significância (NS) de 0,05. O NS de um teste estatístico é a probabilidade de se cometer o chamado erro tipo I, que é a rejeição da hipótese nula, sendo ela verdadeira. Um dos resultados de um teste é o p-valor, cuja interpretação não deve ser confundida com a interpretação do NS. O p-valor é a probabilidade de se obter um valor tão extremo ou maior que o valor da estatística de teste calculada.

Para as perguntas de 6 a 9 do questionário da pesquisa, foram realizados testes Qui-Quadrado, para verificar a independência entre cada uma destas questões (variáveis) e cada critério de segmentação (porte, região e ramo de atividade).

Primeiramente, realizou-se o teste qui-quadrado para verificar a existência de relação entre o porte da empresa e os cargos presentes na mesma. A estatística de teste (ET) calculada foi 45,6561, com p-valor 0,0000. Isso significa que, para um nível de significância (NS) de 0,05, a hipótese nula de que o cargo não depende do porte da empresa deve ser rejeitada, ou seja, o cargo está relacionado ao porte da empresa. Esse resultado é coerente, uma vez que se presume que empresas de pequeno porte não devem necessitar de tantos funcionários quanto as empresas de maior porte e, mesmo quando precisam, não são tão específicos, havendo assim um menor nível hierárquico em sua composição.

Em seguida, testou-se a relação entre os cargos e a região em que as empresas estão situadas. A ET foi 13,5868, com p-valor 0,6295. A um NS de 0,05, a hipótese nula de que o cargo não depende da região não é rejeitada, ou seja, não foi detectada relação entre o cargo existente na empresa e a região em que ela está situada. Da mesma forma, não foi detectada relação entre o cargo e o ramo de

atividade da empresa, visto que foi obtida uma ET igual a 14,9095, com p-valor 0,2464, indicando a não rejeição da hipótese nula de que cargo e ramo de atividade são independentes.

Sobre a relação entre o porte da empresa e o tipo de programa utilizado por ela, concluiu-se que não há relação entre as variáveis, dado que a estatística de teste (ET) calculada foi 7,6595, com p-valor 0,2641. Em seguida, testou-se a relação entre a região em que a empresa está situada com o tipo de programa que ela utiliza, que resultou em uma ET igual a 8,9723, com p-valor 0,7053, o que significa que, para um nível de significância de 0,05 a hipótese nula de que o tipo de programa utilizado não depende da região da empresa não deve ser rejeitada. Pode-se chegar à mesma conclusão a respeito da ausência de relação entre o ramo de atividade da empresa com o tipo de programa utilizado, uma vez que a ET é 13,6424, com p-valor 0,1356.

Para a avaliação sobre a existência de relação entre os subprojetos adotados pelas empresas e o porte, a região em que a empresa está situada e o ramo de atividade, foram realizados os mesmos testes, que resultaram em, respectivamente, ET 10,0980 com p-valor 0,4319, ET 12,3517 com p-valor 0,9034, e ET 5,2993 com p-valor 0,9893. Isso quer dizer que, ao NS determinado, todos os testes indicaram a não-rejeição da hipótese nula de independência entre as variáveis.

Com relação ao ano de implementação do SPED, verificou-se a relação entre essa variável com o porte da empresa, já que o teste realizado resultou em ET igual a 38,9033 com p-valor 0,0001. O que também se mostra coerente, na medida em que as maiores empresas são as primeiras a serem recrutadas para adoção e implementação do SPED. Entretanto, os demais testes realizados indicaram a independência do ano de implementação com a região e o ramo de atividade. As ET foram 21,6793 e 20,9171, com p-valores 0,5984 e 0,2836. Para o teste que rejeitou a hipótese de independência não há consideração a ser feita, uma vez que a relação entre as variáveis não é de fato esperada.

A tabela 39 a seguir representa um resumo dos testes realizados, com as ET calculadas, os p-valores resultantes e suas conclusões. H_0 foi considerada como a hipótese de independência entre as variáveis, para todos os testes.

Tabela 39: Resumo testes qui-quadrado e conclusão questões dos grupos 1 e 2

TESTE	ET	P-VALOR	CONCLUSÃO
Cargos X Porte	45,6561	0,0000	Rejeita-se H_0
Cargos X Região	13,5868	0,6295	Não se rejeita H_0
Cargos X Ramo	14,9095	0,2464	Não se rejeita H_0
Programa X Porte	7,6595	0,2641	Não se rejeita H_0
Programa X Região	8,9723	0,7053	Não se rejeita H_0
Programa X Ramo	13,6424	0,1356	Não se rejeita H_0
Subprojetos X Porte	10,0980	0,4319	Não se rejeita H_0
Subprojetos X Região	12,3517	0,9034	Não se rejeita H_0
Subprojetos X Ramo	5,2993	0,9893	Não se rejeita H_0
Ano implementação X Porte	38,9033	0,0001	Rejeita-se H_0
Ano implementação X Região	21,6793	0,5984	Não se rejeita H_0
Ano implementação X Ramo	20,9171	0,2836	Não se rejeita H_0

4.3.2 Resultados Questões Grupo III

Para as perguntas 10 e 11 do questionário da pesquisa, foram realizados testes Kruskal-Wallis, com hipótese nula de que as medianas são as mesmas para todos os grupos (não há diferença entre os grupos) e hipótese alternativa de que pelo menos um par de grupos tem medianas diferentes. Foram consideradas como grupos de interesse as variáveis de estratificação (porte, ramo de atividade e região), partindo do princípio que as amostras de dados das populações alcançadas pela pesquisa e analisadas pelo teste apresentaram similaridade de distribuição. Em outras palavras, o teste serviu para verificar se o grau de importância dos fatores para a adoção, conforme respostas às assertivas da questão 10, e implementação do SPED, conforme respostas às assertivas da questão 11, para cada fator, é semelhante para todos os grupos, ou se existem diferenças nos graus de importância atribuídos pelos respondentes, segmentados em grupos através dos vários critérios de agrupamento/segmentação. Os resultados permitiram a elaboração de um *ranking* de fatores que visa demonstrar o nível de prioridade que as empresas brasileiras atribuem a tais fatores quando da adoção e implementação de projetos da natureza do SPED.

As tabelas a seguir apresentam os resultados dos testes para cada item de cada questão, por variável de estratificação.

Tabela 40. Teste KW para questão 10 analisada por porte da empresa.

Item	Estatística de teste	p-valor	Conclusão
A= Obrigatoriedade governamental	0,6916	0,7077	Não se rejeita H_0
B= Expectativa de redução de custos	0,3876	0,8238	Não se rejeita H_0
C= Disponibilidade de equipe experiente	1,9445	0,3782	Não se rejeita H_0
D= Expectativa de criar vínculos de cooperação com instituições governamentais	0,8223	0,6629	Não se rejeita H_0
E= Pressão da alta administração	0,2586	0,8787	Não se rejeita H_0
F= Pressão dos concorrentes que já estão adotando ou irão adotar em breve	2,1395	0,3431	Não se rejeita H_0
G= Expectativa de melhorar a qualidade das informações prestadas ao governo, minimizando riscos	10,5167	0,0052	Rejeita-se H_0
H= Expectativa de melhorar processos e controle internos	5,6904	0,0581	Não se rejeita H_0
I= Expectativa de reduzir o volume de obrigações acessórias	10,1834	0,0061	Rejeita-se H_0
J= A segurança das informações envolvidas, considerando o uso da assinatura digital.	6,1797	0,0455	Rejeita-se H_0
K= Disponibilidade de infraestrutura de TI apropriada.	7,6457	0,0219	Rejeita-se H_0

A tabela 40, acima, indica que as empresas de porte pequeno, médio e grande apresentam diferenças em suas respostas para os itens G, I, J e K, ou seja, a expectativa de melhorar a qualidade das informações prestadas ao governo, a expectativa de reduzir o volume das obrigações acessórias, a segurança das informações envolvidas e a disponibilidade de infraestrutura de TI apropriada têm graus de importância diferentes na adoção do sistema SPED quando consideradas pequenas, médias e grandes empresas. Cabe destacar que uma análise posterior se tornou necessária para entender, em cada caso, o significado adjacente dessas aparentes diferenças. Isto foi conveniente para buscar entendimento sobre o que motivou tais diferenças: antagonismos de posição, isto é, se as divergências entre as respostas dadas evidenciaram avaliações opostas ou se apenas sinalizam que, considerando o fator importante ou considerando-o sem importância, as divergências demonstradas pelo teste poderiam apenas indicar posição semelhante em que a divergência reside apenas no grau de importância ou de falta de importância.

Já a tabela 41, a seguir, mostra que a expectativa de criar vínculos de cooperação com instituições governamentais, a pressão dos concorrentes que já adotaram ou vão adotar o SPED, a expectativa de melhorar a qualidade das informações prestadas ao governo, a expectativa de reduzir o volume das obrigações acessórias, a segurança das informações envolvidas e a disponibilidade de infraestrutura de TI apropriada têm graus de importância diferentes na decisão de adotar o sistema SPED quando considerados os ramos de atividade das empresas.

Tabela 41. Teste KW para questão 10 analisada por ramo de atividade da empresa.

Item	Estatística de teste	p-valor	Conclusão
A= Obrigatoriedade governamental	5,2730	0,1529	Não se rejeita H_0
B= Expectativa de redução de custos	3,5616	0,3129	Não se rejeita H_0
C= Disponibilidade de equipe experiente	1,7107	0,6346	Não se rejeita H_0
D= Expectativa de criar vínculos de cooperação com instituições governamentais	10,5030	0,0147	Rejeita-se H_0
E= Pressão da alta administração	4,5144	0,2110	Não se rejeita H_0
F= Pressão dos concorrentes que já estão adotando ou irão adotar em breve	9,1224	0,0277	Rejeita-se H_0
G= Expectativa de melhorar a qualidade das informações prestadas ao governo, minimizando riscos	7,8544	0,0491	Rejeita-se H_0
H= Expectativa de melhorar processos e controle internos	2,2621	0,5198	Não se rejeita H_0
I= Expectativa de reduzir o volume de obrigações acessórias	11,4444	0,0095	Rejeita-se H_0
J= A segurança das informações envolvidas, considerando o uso da assinatura digital.	21,7442	0,0007	Rejeita-se H_0
K= Disponibilidade de infraestrutura de TI apropriada.	18,6234	0,0003	Rejeita-se H_0

Se forem consideradas as regiões em que as empresas estão situadas, a expectativa de reduzir o volume das obrigações acessórias, a segurança das informações envolvidas e a disponibilidade de infraestrutura de TI apropriada têm importância diferente na decisão de adotar o SPED. Entretanto, não se avalia aqui o significado destas divergências, pois, adiante neste capítulo, foram propostas explicações e análises mais profundas com vistas à elaboração das conclusões e o alcance dos objetivos geral e específicos da pesquisa.

Tabela 42. Teste KW para questão 10 analisada por região.

Item	Estatística de teste	p-valor	Conclusão
A= Obrigatoriedade governamental	4,1654	0,3841	Não se rejeita H_0
B= Expectativa de redução de custos	8,7539	0,0675	Não se rejeita H_0
C= Disponibilidade de equipe experiente	2,2146	0,6964	Não se rejeita H_0
D= Expectativa de criar vínculos de cooperação com instituições governamentais	5,5152	0,2384	Não se rejeita H_0
E= Pressão da alta administração	1,0854	0,8966	Não se rejeita H_0
F= Pressão dos concorrentes que já estão adotando ou irão adotar em breve	1,2090	0,8766	Não se rejeita H_0
G= Expectativa de melhorar a qualidade das informações prestadas ao governo, minimizando riscos	2,8766	0,5787	Não se rejeita H_0
H= Expectativa de melhorar processos e controle internos	5,1402	0,2732	Não se rejeita H_0
I= Expectativa de reduzir o volume de obrigações acessórias	8,5007	0,0479	Rejeita-se H_0
J= A segurança das informações envolvidas, considerando o uso da assinatura digital.	25,8671	0,0000	Rejeita-se H_0
K= Disponibilidade de infraestrutura de TI apropriada.	51,2995	0,0000	Rejeita-se H_0

As tabelas 43, 44 e 45 apresentam os resultados dos testes aplicados aos itens da questão 11. Conclui-se que pequenas, médias e grandes empresas atribuem grau de importância diferente à disponibilidade de profissionais qualificados e com conhecimentos sólidos em SPED, enquanto fator de impacto sobre a implementação do sistema. Por outro lado, empresas do ramo de indústria, comércio, serviço, e demais tipos de empresa, consideram que a complexidade dos projetos que compõem o sistema e o uso de padrões tecnológicos conhecidos têm graus de importância diferente na implementação do SPED.

A tabela 24 indica que, se consideradas as regiões em que as empresas estão situadas, não há diferença no grau de importância de qualquer dos fatores estudados para a implementação do sistema SPED.

Tabela 43. Teste KW para questão 11 analisada por porte de empresa.

Item	Estatística de teste	p-valor	Conclusão
A= Complexidade dos projetos que compõem o SPED	0,0567	0,9720	Não se rejeita H_0
B= Adequação plena da escrituração fiscal das empresas	1,1103	0,5740	Não se rejeita H_0
C= Ocorrência de sonegação fiscal nas empresas	0,6136	0,7358	Não se rejeita H_0
D= Disponibilidade de profissionais qualificados e com conhecimentos sólidos em SPED	7,2918	0,0261	Rejeita-se H_0
E= Disponibilidade de acesso satisfatório à internet	2,3650	0,3065	Não se rejeita H_0
F= Suporte por parte das instituições de governo para facilitar implementação	2,2325	0,3275	Não se rejeita H_0
G= Uso de padrões tecnológicos conhecidos.	3,0578	0,2168	Não se rejeita H_0

Tabela 44. Teste KW para questão 11 analisada por ramo de atividade da empresa.

Item	Estatística de teste	p-valor	Conclusão
A= Complexidade dos projetos que compõem o SPED	12,5617	0,0057	Rejeita-se H_0
B= Adequação plena da escrituração fiscal das empresas	6,1866	0,1029	Não se rejeita H_0
C= Ocorrência de sonegação fiscal nas empresas	3,2317	0,3573	Não se rejeita H_0
D= Disponibilidade de profissionais qualificados e com conhecimentos sólidos em SPED	1,3056	0,7278	Não se rejeita H_0
E= Disponibilidade de acesso satisfatório à internet	4,4880	0,2134	Não se rejeita H_0
F= Suporte por parte das instituições de governo para facilitar implementação	2,8808	0,4104	Não se rejeita H_0
G= Uso de padrões tecnológicos conhecidos.	7,9244	0,0476	Rejeita-se H_0

Tabela 45. Teste KW para questão 11 analisada por região.

Item	Estatística de teste	p-valor	Conclusão
A= Complexidade dos projetos que compõem o SPED	2,6307	0,6214	Não se rejeita H_0
B= Adequação plena da escrituração fiscal das empresas	3,6568	0,4544	Não se rejeita H_0
C= Ocorrência de sonegação fiscal nas empresas	1,4298	0,8390	Não se rejeita H_0
D= Disponibilidade de profissionais qualificados e com conhecimentos sólidos em SPED	6,0453	0,1958	Não se rejeita H_0
E= Disponibilidade de acesso satisfatório à internet	2,6294	0,6216	Não se rejeita H_0
F= Suporte por parte das instituições de governo para facilitar implementação	4,8313	0,3050	Não se rejeita H_0
G= Uso de padrões tecnológicos conhecidos.	8,8082	0,0661	Não se rejeita H_0

4.3.3 Síntese análise de dados da pesquisa

Considerando-se os resultados dos testes estatísticos apresentados nas seções anteriores, quais sejam 4.1.1 e 4.1.2, pode-se considerar, quanto ao alcance dos objetivos da pesquisa os apontamentos da Tabela 46, conforme a seguir:

Tabela 46. Síntese análise dos resultados dos testes estatísticos aplicados às questões do questionário:

PERGUNTAS/ASSERTIVAS RELACIONADAS	ANÁLISE DE RESULTADOS
Questão 10A= Obrigatoriedade governamental	A tabulação das respostas à questão 10, assertiva A, demonstrou a mais alta concentração de respostas no ponto máximo da escala empregada na coleta de dados, evidenciando que a obrigatoriedade governamental é o principal fator. O que não surpreende, pois o peso da determinação legal é difícil de ser subjugado por outros fatores. Entretanto, na sequência observada no <i>ranking</i> das medianas das questões 10 e 11, fatores como "A expectativa de redução das obrigações acessórias", "Alto nível de expertise em tecnologia da informação e comunicação", "A melhoria da qualidade das informações fornecidas ao governo", "A expectativa de melhoria dos processos internos" e "Empenho da alta administração" parecem demonstrar valor significativo para também figurar no rol de fatores que impactam a decisão de adoção do SPED, conforme demonstram os valores das medianas das respostas a essas assertivas.
Questão 10B= Expectativa de redução de custos	A tabulação das respostas à questão 10, assertiva B, não pareceu, no geral, ter relevância significativa para figurar no topo do <i>ranking</i> dos fatores que impactam a decisão de adoção do SPED, conforme Tabela 31. Esta conclusão decorre do fato de a mediana se situar, exatamente, no ponto médio da escala utilizada para coletar os dados, isto é, mediana igual a 4.
Questão 10C= Disponibilidade de equipe experiente	A tabulação das respostas à questão 10, assertiva C, no geral, revelou ter relevância significativa. Esta conclusão decorre do fato de a mediana ser igual a 6, próxima do ponto máximo da escala empregada na coleta de dados que é 7, figurando na 3ª posição do <i>ranking</i> da tabela 31.
Questão 10D= Expectativa de criar vínculos de cooperação com instituições governamentais	A tabulação das respostas à questão 10, assertiva D, não pareceu, no geral, ter relevância significativa para figurar no topo do <i>ranking</i> dos fatores que impactam a decisão de adoção do SPED, conforme Tabela 31. Esta conclusão decorre do fato de a mediana se situar, exatamente, no ponto médio da escala utilizada para coletar os dados, isto é, mediana igual a 4.
Questão 10E= Pressão da alta administração	A tabulação das respostas à questão 10, assertiva E, no geral, revelou ter alguma relevância. Esta conclusão decorre do fato de a mediana ser igual a 5, acima do ponto médio da escala empregada na coleta de dados que é 4, figurando em posição intermediária no <i>ranking</i> da tabela 31.
Questão 10F= Pressão dos concorrentes que já estão adotando ou irão adotar em breve	A tabulação das respostas à questão 10, assertiva F, não pareceu, no geral, ter relevância significativa. Esta conclusão decorre do fato de a mediana se situar, exatamente, no ponto médio da escala utilizada para coletar os dados, isto é, mediana igual a 4.
Questão 10G= Expectativa de melhorar a qualidade das informações prestadas ao governo, minimizando riscos	A tabulação das respostas à questão 10, assertiva G, no geral, revelou ter relevância significativa. Esta conclusão decorre do fato de a mediana ser igual a 6, próxima do ponto máximo da escala empregada na coleta de dados que é 7.
Questão 10H= Expectativa de melhorar processos e controle internos	A tabulação das respostas à questão 10, assertiva H, no geral, revelou ter relevância significativa. Esta conclusão decorre do fato de a mediana ser igual a 6, próxima do ponto máximo da escala empregada na coleta de dados que é 7. Assim, figurando bem próxima do topo do <i>ranking</i> da tabela 31.
Questão 10I= Expectativa de reduzir o volume de obrigações acessórias	A tabulação das respostas à questão 10, assertiva I, revelou um dos mais altos graus de impacto sobre a decisão de adoção do SPED, considerando que a mediana das respostas das organizações coincidiu com o ponto máximo da escala empregada na coleta de dados que é 7. Tal assertiva divide o topo do <i>ranking</i> da tabela 31, só perdendo em grau de prioridade para a assertiva A que trata da obrigatoriedade governamental.
Questão 10J= A segurança das informações envolvidas, considerando o uso da assinatura digital.	A que parece, os respondentes não atribuíram importância prioritária a esta assertiva já que sua mediana ficou abaixo do ponto médio das escalas empregadas na coleta de dados, com valor igual 3, enquanto o ponto médio da escala é 4.

PERGUNTAS/ASSERTIVAS RELACIONADAS	ANÁLISE DE RESULTADOS
Questão 10K= Disponibilidade de infraestrutura de TI apropriada.	Ao que parece, os respondentes não atribuíram importância prioritária a esta assertiva que aborda fatores do âmbito tecnológico para a decisão de adoção do SPED. A mediana deste atributo foi 3, abaixo do ponto médio das escalas empregadas na coleta de dados. Isto pode ser decorrente do fato de as empresas alcançadas pela pesquisa não se sentirem tão pressionadas quanto ao seu domínio dos aspectos técnicos da adoção mesmo porque podem ter conseguido suporte em fóruns próprios.
Questão 11A= Complexidade dos projetos que compõem o SPED	A tabulação das respostas à questão 11, assertiva A, sinaliza que os respondentes atribuem a ela grau máximo no ranking de impacto sobre a implementação do SPED, conforme dados da tabela 32, por isto a mediana igual a 7, que é o ponto máximo da escala empregada na coleta de dados da pesquisa.
Questão 11B= Adequação plena da escrituração fiscal das empresas	A tabulação das respostas à questão 11, assertiva B, sinaliza que os respondentes atribuem a ela grau máximo de impacto sobre a implementação do SPED, por isto a mediana igual a 7 que é o ponto máximo da escala empregada na coleta de dados da pesquisa.
Questão 11C= Ocorrência de sonegação fiscal nas empresas	A assertiva C da questão 11 não obteve escore máximo, mas pareceu significativo, com mediana igual a 6, demonstrando importância marcante também para este fator quanto ao seu impacto sobre a implementação do SPED.
Questão 11D= Disponibilidade de profissionais qualificados e com conhecimentos sólidos em SPED	A tabulação das respostas à questão 11, assertiva D, sinalizou que os respondentes atribuem a ela grau máximo de impacto sobre a implementação do SPED, por isto a mediana igual a 7 que é o ponto máximo da escala empregada na coleta de dados da pesquisa.
Questão 11E= Disponibilidade de acesso satisfatório à internet	A tabulação das respostas à questão 11, assertiva E, aponta que os respondentes atribuem grau significativo de impacto sobre a implementação do SPED, por isto a mediana igual a 5 que é um ponto superior ao médio da escala empregada na coleta de dados da pesquisa.
Questão 11F= Suporte por parte das instituições de governo para facilitar implementação	A tabulação das respostas à questão 11, assertiva F, indica que os respondentes atribuem a ela grau máximo de impacto sobre a implementação do SPED, por isto a mediana igual a 7 que é o ponto máximo da escala empregada na coleta de dados da pesquisa.
Questão 11G= Uso de padrões tecnológicos conhecidos.	A que parece, os respondentes atribuíram importância menos prioritária a este fator, considerando a mediana 2, abaixo do ponto médio das escalas empregadas na coleta de dados.
Comparativo das respostas às questões 10 e 11 e suas assertivas, segmentando os respondentes em função das respostas à pergunta 1.	Não foram detectadas diferenças significativas entre quase todas as assertivas das questões 10 e 11 (conforme tabelas 41 e 44, respectivamente) na avaliação das empresas dos variados segmentos de ramo de atividade empresarial, sinalizando que os fatores identificados são semelhantes. No caso concreto, tais fatores são os mesmos para empresas do ramo industrial, comercial, prestadoras de serviços e outros ramos.
Comparativo das respostas às questões 10 e 11 e suas assertivas, segmentando os respondentes em função das respostas à pergunta 2.	Não foram detectadas diferenças significativas na maioria das assertivas das questões 10 e 11 (conforme tabelas 40 e 43, respectivamente) na avaliação das empresas dos variados segmentos de porte empresarial, sinalizando que os fatores identificados são semelhantes. No caso concreto, tais fatores são os mesmos para empresas de porte pequeno, médio ou grande.
Comparativo das respostas às questões 10 e 11 e suas assertivas, segmentando os respondentes em função das respostas à pergunta 3.	Não foram detectadas diferenças significativas na ligeira maioria das assertivas das questões 10 e 11 (conforme tabelas 42 e 45, respectivamente) na avaliação das empresas das variadas regiões alcançadas pela pesquisa, sinalizando que os fatores identificados são semelhantes. No caso concreto, tais fatores são os mesmos para empresas das regiões Sul, Sudeste, Nordeste, Centro-oeste e Norte.
Comparativo das respostas às questões de 6 até 9, segmentadas em função das respostas às questões de 1 até 3.	As únicas relações observadas entre os fatores de segmentação utilizados na pesquisa, quais sejam, porte, ramo de atividade e região e as variáveis das questões 6 até 9 foram: primeiramente, entre cargos e portes empresariais, isto é, pareceu existir uma relação entre cargos e porte empresarial na medida em que empresas de maior porte, provavelmente, terão maior diversificação de cargos e, geralmente, eles serão mais específicos, como demonstram os

PERGUNTAS/ASSERTIVAS RELACIONADAS	ANÁLISE DE RESULTADOS
	testes estatísticos. Num segundo momento identificou-se relação entre o ano de implementação do SPED e o porte empresarial. Novamente, trata-se de uma relação previsível, pois, geralmente, as empresas de maior porte são as primeiras a serem recrutadas para desenvolvimento de projetos de governo eletrônico e mesmo da área fiscal-contábil.

Considerando-se o objetivo Geral desta pesquisa e com base nos resultados dos testes estatísticos sintetizados na tabela 46 e nos rankings de medianas apresentados nas tabelas 31 e 32, conclui-se que os fatores que impactam a adoção e a implementação do governo eletrônico, dispostos em forma de *ranking*, segundo os gestores de empresas brasileiras, tendo como pano de fundo o caso SPED, são os apontados na tabela 47, conforme abaixo:

Tabela 47. Fatores que impactam a adoção e implementação do SPED:

Fatores que impactam adoção e implementação do e-gov	
ADOÇÃO	1) Obrigatoriedade Governamental
	2) Expectativa de reduzir o volume de obrigações acessórias
	3) Disponibilidade de equipe experiente
	4) Expectativa de melhorar a qualidade das informações prestadas ao governo, minimizando riscos
	5) Expectativa de melhorar processos e controles internos
	6) Pressão da alta administração
	7) Expectativa de redução de custos
	8) Expectativa de criar vínculos de cooperação com instituições governamentais
	9) Pressão dos concorrentes que já estão adotando ou irão adotar em breve
	10) Expectativa de melhorar a segurança das informações envolvidas, considerando o uso da assinatura digital
	11) Disponibilidade de infraestrutura de TI apropriada
IMPLEMENTAÇÃO	1) Complexidade dos projetos que compõem o SPED
	2) Falta de adequação plena da escrituração fiscal da empresa
	3) Disponibilidade de profissionais qualificados e com conhecimentos sólidos em SPED
	4) Suporte por parte das instituições de governo para facilitar a implementação
	5) Ocorrência da sonegação fiscal nas empresas
	6) Disponibilidade de acesso satisfatório à internet
	7) Uso de padrões tecnológicos conhecidos

Assim, considerando os dados das tabelas 31, 32 e 46, bem como a consolidação de fatores impactantes sobre a adoção e implementação do SPED,

segundo gestores de empresas brasileiras, é possível indicar respostas a cada um dos objetivos específicos do trabalho.

Considerando o objetivo específico n.º 1, isto é, comparar se os fatores identificados são semelhantes nos diferentes ramos de atividade empresarial alcançados pela pesquisa, pode-se concluir que a avaliações dos gestores quanto aos fatores que impactam a adoção e implementação do SPED nas empresas brasileiras é semelhante, não evidenciando divergências de avaliação, considerado o ramo de atividade como critério de segmentação dos respondentes da pesquisa.

Já em relação ao objetivo específico n.º 2, isto é, comparar se os fatores identificados são semelhantes nos diferentes portes das empresas alcançadas pela pesquisa, pode-se concluir que a avaliações dos gestores quanto aos fatores que impactam a adoção e implementação do SPED nas empresas brasileiras é semelhante, não evidenciando divergências de avaliação, considerado o porte empresarial como critério de segmentação dos respondentes da pesquisa.

No tocante ao objetivo específico n.º 3 que é comparar se os fatores identificados são semelhantes nas diferentes regiões alcançadas pela pesquisa, pode-se concluir que a avaliações dos gestores quanto aos fatores que impactam a adoção e implementação do SPED nas empresas brasileiras é semelhante, não evidenciando divergências de avaliação, considerado a região brasileira em que se situam as empresas como critério de segmentação dos respondentes da pesquisa.

Deste modo, considerando os três primeiros objetivos específicos da pesquisa, conclui-se globalmente que os gestores das empresas brasileiras alcançadas pela pesquisa, independentemente do ramo de atividade (principalmente), do porte empresarial (um pouco menos) e mesmo da região (em menor escala) em que se situam as suas empresas, demonstraram avaliação semelhante quanto aos fatores que impactam a adoção e implementação do SPED.

Por fim, em relação ao 4º e último objetivo específico, isto é, identificar se os critérios de segmentação empregados na pesquisa revelam alguma ligação com os cargos dos respondentes selecionados, com as ferramentas de software que adotaram, ou com os subprojetos do SPED a que precisam se submeter e mesmo com o período em que esta implantação deveria ocorrer, pode-se concluir que foi alcançado na medida em que os testes estatísticos aplicados às questões do grupo II permitiram avaliar que há relação de dependência entre os critérios de segmentação empregados na pesquisa e as variáveis de pesquisa das questões 6

até 9. Embora tais relações só tenham se manifestado nas análises de cargo *versus* porte empresarial e entre ano de implementação do SPED *versus* porte empresarial, tais relações já são suficientes para afastar a rejeição da hipótese nula dos testes, conforme foram demonstradas na seção 4.3.1.

5 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTUROS ESTUDOS

O objetivo principal desta pesquisa foi identificar os fatores que impactam a adoção e implementação do governo eletrônico na avaliação dos gestores de empresas brasileiras, utilizando o caso do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.

Considera-se que tal objetivo foi alcançado uma vez que foram identificados fatores que explicam ou são considerados quando da adoção e implementação do SPED, um projeto de governo eletrônico – e-gov – nas empresas alcançadas por esta pesquisa, por meio da aplicação do Modelo TOE e as adaptações teóricas propostas por Oliveira e Martins (2010) em consonância com as pesquisas empíricas de Rodríguez-Ardura *et al* (2010), Zhu *et al* (2003), Henderson *et al* (2012), Zhu e Kramer (2005), Bosch-Rekvelde (2011), Titah e Barki (2006), Patel e Jacobson (2008), Gibbs e Kramer (2004), Koellinger (2008) e Bandyopadhyay (2012).

A aplicação de uma *survey*, junto à amostra de respondentes estabelecida como de interesse do trabalho, possibilitou a identificação de tais fatores, segundo avaliação dos gestores de empresas brasileiras, considerando adoções e implementações do SPED compreendidas no período de agosto de 2008 a novembro de 2012.

Como era possível presumir, numa temática que envolve o governo, a ação governamental, enquanto componente do contexto ambiental, demonstrou ser o principal vetor que impacta decisões sobre adoção e implementação. Isto parece decorrer do fato de que o governo é um dos principais, se não o principal ator do ambiente regulatório. Deste modo, a pesquisa detectou que este foi o principal fator de influência.

Ainda no contexto ambiental, o fator pressão competitiva, com nível significativo de influência para as empresas pesquisadas, mas não tão pronunciado, demonstrou que as organizações envolvidas com a adoção e implementação do e-gov parecem ter interesse em acompanhar as atividades de seus concorrentes com vistas a adotar referências de desempenho, quiçá até mesmo para avaliar a gestão de seus projetos.

Embora a internet e seu nível de penetração na sociedade moderna ainda despertem entusiasmo em muitos pesquisadores e estudiosos de várias áreas do

conhecimento, para as empresas pesquisadas o fator penetração da internet, enquanto variável do contexto ambiental, não pareceu influenciar as decisões sobre adoção do e-gov de forma tão forte quando comparado com outros fatores. Já na implementação deste tipo de projeto, as empresas ainda reconhecem que o mesmo tem peso significativo.

No tocante aos fatores do contexto tecnológico, quais sejam, preparação tecnológica, integração da tecnologia e segurança da informação, apenas o primeiro sinalizou, para as empresas pesquisadas, importância mais pronunciada e mesmo assim, mais significativa no tocante à adoção. Esta constatação chega a ser surpreendente, pois, pela natureza das informações envolvidas nas transações entre o governo e as empresas no âmbito do SPED, é de se supor que todos esses fatores tivessem impacto mais substancial sobre a adoção e implementação do e-gov, considerando que tais fatores se relacionam com competências tecnológicas que podem não ser de domínio de todas as organizações, especialmente daquelas de pequeno porte. Considerando os *rankings* elaborados a partir das respostas dos participantes da pesquisa, tais fatores não pareceram compor o rol das principais preocupações das empresas.

No que se refere aos fatores do contexto organizacional é possível afirmar que é a dimensão do Modelo TOE que engloba mais fatores de impacto, não superando a obrigatoriedade governamental do contexto ambiental, mas sendo suficientemente significativos para comparações com tal fator. Neste grupo de variáveis, apenas o porte das empresas pareceu ser indiferente quanto ao seu impacto sobre a adoção e implementação do SPED. Talvez consequência direta do fato de que todas as empresas em certo momento estarão obrigadas à adoção e implementação do referido projeto de e-gov. Os fatores benefícios percebidos e desafios percebidos registraram nível de elevado de convicção quanto ao impacto sobre a adoção e implementação do SPED nas empresas pesquisadas, sinalizando que as empresas têm grandes expectativas quanto à obtenção de oportunidades ligadas à simplificação de obrigações fiscais acessórias ou mesmo redução de custos para atendimento das demandas fiscais governamentais ao mesmo tempo em que entendem que há dificuldades a serem superadas para se obter os benefícios esperados. Por fim, o fator perspectivas de melhorias nos produtos, serviços ou processos internos também foi considerado importante tanto para a adoção como para a implementação do SPED nas empresas alcançadas pela

pesquisa, ratificando que as empresas veem chances de realinhar processos internos ligados a produtos, serviços ou processos administrativos e consolidar a adoção e implementação de formas mais eficientes e eficazes de trabalho.

Paralelamente, foram observadas relações entre os cargos dos respondentes selecionados pela amostragem da pesquisa e o porte das empresas alcançadas, bem como entre o período (ano) de implementação do SPED e o porte empresarial, entretanto, considerou-se tais relações previsíveis na medida em que empresas maiores terão mais cargos e este serão mais específicos, além do fato de que empresas de maior porte, geralmente, são as primeiras a serem recrutadas para implementação de projetos de governo eletrônico, tais como o SPED, seja por seu poder econômico, seja para *expertise* que detêm em aspectos processuais e tecnológicos.

Em síntese, presume-se que esta pesquisa contribuiu com a comunidade acadêmica ao ampliar o acervo de estudos sobre a adoção e implementação de projetos de governo eletrônico e oportunizar novas perspectivas de uso do Modelo TOE à adoção de e-gov em relações do tipo G2B.

Outra contribuição advinda desta pesquisa envolve a expansão dos domínios da prática gerencial e mesmo da concepção de novos projetos de e-gov, na medida em que aponta fatores de interesse das organizações, mediante formação de *ranking*, que podem ser melhor abordados por organismos de governo que tenham como foco a implementação de iniciativas junto aos mais diversos tipos de empresas.

Uma limitação significativa desta pesquisa foi o fato de a sua amostra ter sido delimitada pelo critério da acessibilidade o que inviabiliza a generalização de seus resultados para todos os contextos de implementação de e-gov.

Por fim, recomenda-se a realização de futuros trabalhos sobre a adoção e implementação de e-gov, focando especialmente relações do tipo G2B, para melhor compreensão das variáveis e processos envolvidos na adoção e implementação deste tipo de iniciativas. Entre os vários pontos que podem ser de interesse. Muitas perguntas encontram-se ainda sem respostas conclusivas, entre elas:

- Por que, através de que meios e quais os critérios empregados pelas empresas para perceber e lidar com a pressão competitiva no tocante a adoção de projetos de e-gov?

- É possível concluir que o peso dos fatores do contexto tecnológico tende a diminuir na medida em que as tecnologias envolvidas na adoção e implementação de projeto de e-gov passam a ser amplamente conhecidas e dominadas por profissionais e empresas?
- Será que a avaliação das empresas quanto ao alcance dos benefícios percebidos está revelando um panorama que lhes seja promissor?
- Em que nível os governos estão conseguindo angariar apoio empresarial e mesmo convencer as empresas quanto à viabilidade e à conveniência de seus projetos de e-gov?
- Como as empresas tem conseguido lidar com os desafios percebidos? Elas têm obtido apoio dos governos para minimizar tais desafios? Como as partes envolvidas na implementação de projetos e-gov têm dividido os riscos e se apoiado mutuamente?
- Que tipo de melhorias nos produtos, serviços e processos internos as empresas envolvidas com a implementação de projetos de e-gov tem conseguido obter? Qual tem sido a distância entre expectativas e resultados neste sentido?

6 REFERÊNCIAS

- ABUALI, A., AILAWNEH, A., MOHAMMAD, H. Factors and Rules Effecting. **EGovernment, European Journal of Scientific Research**. v.39, n.2, p. 169-175, 2010.
- AGNER, L. **Arquitetura de informação e governo eletrônico: diálogo cidadãos-Estado na World Wide Web**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007
- AHMADABADI, M.N; NAJAFI, M,; GHOLAMI, P. Use of Intelligent Business, a Method for Complete Fulfillment of E-government. **International Journal Of Computer Science and Business Informatics**, v.1, n.1, 2013. Disponível em: <<http://ijcsbi.org/index.php/ijcsbi/article/view/37/6>>. Acesso em: 03 fev. 2013.
- ALBERTIN, A. L. **Administração de informática: funções e fatores críticos de sucesso**. 2. ed. São Paulo : Atlas 1999.
- AL-AZRI, A., AL-SALTI, Z.; AL-KARAGHOULI, W. **The successful implementation of e-government transformation: A case study in Oman**. European, Mediterranean & Middle Eastern Conference on Information Systems. Abu Dhabi: UAE, 2010.
- AL-ZOUBI, M.; MOHAMMAD, I. S. Thi Lip. Eam , Lim Hock. (2011). analysis of e-government adoption and organization performance in the jordan businesses sector. **Academic Research International**, Lodhran, v.1, n.3, Nov. 2011. Disponível em: <[http://www.savap.org.pk/journals/ARInt./Vol.1\(3\)/2011\(1.3-34\).pdf](http://www.savap.org.pk/journals/ARInt./Vol.1(3)/2011(1.3-34).pdf)>. Acesso em: 15/07/2013.
- AMARO JR, F. S. **Os impactos tecnológicos da implementação da nota fiscal eletrônica: um estudo de caso múltiplos**. 2008. p 133. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2008. Disponível em: <<ftp://ftp.ufrn.br/pub/biblioteca/ext/bdtd/FredericoSAJ.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2011.
- BANDYOPADHYAY, Tridib. Organizational Adoption of Cyber Insurance Instruments IT Security Risk Management: A Modeling Approach, **Proceedings. Paper** , v.5, 2012.Disponível em: <<http://aisel.aisnet.org/sais2012/5>>. Acesso em: 19 abr. 2013.
- BELANGER, A. CARTER, L. Trust and risk in e-government adoption. **Journal of Strategic Information Systems**, v. 17, p. 165-176, 2008. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0963868707000637>>. Acesso em: 13/07/2013.
- BHATTI, T. R. Critical success factors for the implementation of enterprise resource planning (ERP): empirical validation. **Second International Conference on Innovations in Information Technology**. Dubai, UAE, sep. 2005. 10 p.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. Comunicação. **SPED - Sistema Público de Escrituração Digital**. Conselho Federal de Contabilidade, 2006.

Disponível em:

<<http://www.cfc.org.br/conteudo.aspx?codMenu=67&codConteudo=677>>. Acesso em: 04 jan. 2012.

_____. Decreto 6.022, de 22 de janeiro de 2007. **Institui o Sistema Público de Escrituração Digital - Sped**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil.

Brasília, 22 de janeiro de 2007. Disponível em <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm>.

Acesso em: 02 maio 2010.

_____. **Emenda Constitucional n.º 42, de 19 de dezembro de 2003. Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 19 de dezembro de 2003. Disponível em

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc42.htm>.

Acesso em: 02 maio 2010.

_____. Receita Federal. **Sistema Público de Escrituração Digital: apresentação**.

Disponível em: < <http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/apresentacao.htm>>.

Acesso em: 08 jan. 2012.

_____. **SPED: apresentação**. 2012. Disponível

em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/apresentacao.htm>>. Acesso

em: 07 jan. 2012.

_____. **SPED: o que é**. 2012d Disponível em:

<<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/sped-contabil/o-que-e.htm>>. Acesso

em 7 jan. 2012.

_____. **SPED: objetivos**. 2012c. < <http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/objetivos.htm>> Acesso em: 07 jan. 2012.

_____. **SPED: Que que é**. 2012e. Disponível em:

<<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/sped-fiscal/o-que-e.htm>>. Acesso em:

7 jan. 2012.

_____. **Sistema Público de Escrituração Digital: benefícios**. Disponível em: <

<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/beneficios.htm>>. Acesso em: 8

jan. 2012.

BOSCH-REKVELDT, M et al. Grasping project complexity in large engineering projects: The TOE (Technical, Organizational and Environmental) framework.

Forthcoming in Int. J. Project Manage, v.28, n.1, p. 1-6, 2011. Disponível em: <

http://www.emeraldinsight.com/bibliographic_databases.htm?id=1941921>. Acesso

em: 13/07/2013.

BRITTO, D. SPED – Sistema Público de Escrituração Digital. 2008. Jus Vigilantibus.

Disponível em <<http://jusvi.com/artigos/35924>>. Acesso em 21 set. 2013.

CARTER, L., BELANGER, F. The utilization of e-government services: citizen trust, innovation and acceptance factors. **Information Systems Journal**, v.15, n.1, p.5-25, 2005. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1365-2575.2005.00183.x/abstract>. Acesso em: 15/05/2013.

CARVALHO, R. B. de C. HENRIQUE, P. de C. PARDINI, D. J.FERREIRA, M.A.T.. Choice factors of new portals on the web: survey with undergraduate and graduate students. **7º Contecsi da USP**, São Paulo, p. 1545-1563, 2010.

CHAIN, A. *et al.* **E-gov.br: a próxima revolução brasileira**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

CHAN, Felix T. S.; CHONG, Alain Yee-Loong; ZHOU, Li. An empirical investigation of factors affecting e-collaboration diffusion in SMEs. **International Journal of Production Economics**. Issue 138, p.329-344, 2012. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0925527312001491>>. Acesso em: 23/11/2012.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**; tradução Magda Lopes. 3 ed. Porto Alegre: Artmed,2010.

DINIZ, E. H. O governo eletrônico no Brasil: Perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.43, fev. 2009.

DOANE, D. P. SEWARD, L. E. **Estatística aplicada à administração e economia**. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

DUARTE, R. D. **Big Brother Fiscal: na era do conhecimento**. 2.ed. Belo Horizonte: Quanta, 2008.

DUARTE, Roberto Dias. **Big Brother Fiscal: na era do conhecimento**. 3.ed. Belo Horizonte: Quanta, 2011.

EASTERBY-SMITH, Thorpe; LOWE, Lowe M. R. **Management Research: An Introduction**. London: Sage, 1991.

FARIA, A. C.; FINATELLI, J. R.; GERON, C. M. S.; ROMEIRO, M. C. SPED - Sistema Público de Escrituração Digital: Percepção dos contribuintes em relação os impactos da adoção do SPED. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 5, p. 44-67, 2011.

FERRER, F. **A importância do governo eletrônico no Brasil**, 2003. Disponível em: <<http://www.florenceferrer.com.br/>>. Acesso em: 18. abr. 2013.

FLEURY, André Leme; ABREU, Aline França. Comércio eletrônico: o novo ambiente competitivo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. Rio de Janeiro: **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

GAMBÔA, F.A.R. *et al.* Método para Gestão de Riscos em Implementações de Sistemas ERP Baseado em Fatores Críticos de Sucesso. **Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação**. v. 1, n. 1, p. 46-63, 2004.

GIBBS, J.L.; KRAEMER, K.L. A cross-country investigation of the determinants of scope of e-commerce use: an institutional approach. **Electronic Markets**, Irvine, v.14, n.2, 2004, p. 124-137.

GONÇALVES, J. E. L. As empresas são grandes coleções de processos. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.40, n.1, p. 6-19, jan./mar. 2000.

HENDERSON, D.. SHEETZ, S.D. TRINKLE, B. S. The determinants of inter-organizational and internal in-house adoption of XBRL: a structural equation model. **International Journal of Accounting Information Systems**, Fredericksburg, Issue 13, p. 109-140, 2012.

HYNES, N., GURAU, C.; CHAN, H.W. .K. Consumer trust and its effect on sustainable e-commerce development in China. **Entrepreneurship, Management and Sustainable Development**, Edinburgh, v.2, n.1/2, p. 23-35, 2006. .

HO, S. C., KAUFFMAN, R.J., LIANG, T. P. A growth theory perspective on B2C e-commerce growth. **Europe: an exploratory study. Electronic Commerce Research and Applications**, Amsterdam, v.6, n.3, p. 237-259, 2007.

HONG, W. ZHU, K. Migrating to Internet-based e-commerce: factors affecting e-commerce adoption and migration at the firm level. **Information & Management**, local, v.43, n.2, p, 204-221, 2006. .

HOSSAN, C.G., Habib, M.W., Kushchu, I.: Success and Failure Factors for e-Government projects implementation in developing countries: A study on the perception of government officials of Bangladesh. In: **Proceedings of the 2nd European Conference on Mobile Government**, Mobile Government Consortium International, 2006. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.99.3572&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 15/07/2013.

HUANG, Z., BWOMA, P.O. An overview of critical issues of E-government. Issues of Informational Systems, **Journal of Computer Information Systems**, Oklahoma City, v.4, n.1, p. 27-30, 2003.

IGOV. **Os novos estágios do governo eletrônico**. 2009. Disponível em: <<http://igov.com.br/tigov/?p=71>>. Acesso em: 19 abr. 2013.

JARDIM, J. M. A construção do e-gov no Brasil: configurações político-institucionais.. In: V Encontro Nacional de Ciência da Informação, 2005, Salvador. **Anais do V Encontro Nacional de Ciência da Informação**.

JORDANA, J., FERNANDEZ, X. SANCHO, D. Which Internet policy? Assessing regional initiatives in Spain. **The Information Society**, London, v. 21, p. 341-351, 2005.

JOVARAUSKIENE, D.; PILINKIENE, V. E-Business or E-Technology? **Inzinerine Ekonomika-Engineering Economics**, local, v.1, p. 83-89, 2009. Disponível em: <<http://internet.ktu.lt/lt/mokslas/zurnalai/inzeko/61/1392-2758-2009-1-61-83.pdf>>. Acesso em: 15/07/2013

KALAKOTA, R., WHINSTON, A. **Electronic Commerce: a manager's guide**. Boston: Addison-Wesley, 1997.

KOELLINGER, Philipp. The relationship between technology, innovation, and firm performance: Empirical evidence from e-business. **Europe, Research Policy**, Amsterdam, v.37, p. 1317-1328, 2008.

KUMAR, V., MUKERJI, B.; BUTT, I. PERSAUD, A. Factors for Successful e-Government Adoption: a Conceptual Framework. **The Electronic Journal of e-Government**. v.5, n.1, p. 63-76. Disponível em: <<http://www.ejeg.com>>. Acesso em 15/07/2013.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A Construção do Saber. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 340 p.

LUDESCHER, W.; CUGNASCA, P. S. **Modelo Genérico para Avaliação de Disponibilidade de Sistemas de Comércio Eletrônico**. São Paulo: 4º CONTECSI, 2007.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MEDEIROS, P. H. **Governo eletrônico no Brasil: aspectos institucionais e reflexos na governança**. Dissertação (Mestrado em Administração) — Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2004.

MELLO, Janine Molinari. **Fatores que afetam a adoção e o uso de sistemas de informação geográfica nas empresas: o caso da CPRM**. Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial)–Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2012. 64f.

MENDES, J. V.; ESCRIVAO FILHO, E. Sistemas integrados de gestão ERP em pequenas empresas: um confronto entre o referencial teórico e a prática empresarial. **Gest. Prod.**, v.9, n.3, p. 277-296, dez. 2002.

MOTA, I, R.; CIRINO, E. S. **A era do conhecimento e a adoção do SPED: Sistema público de escrituração digital como impacto na contabilidade**. Disponível em: <http://www.fate.edu.br/revistacontabeis/images/stories/documentos/A_Era_do_Conhecimento_e_a_Adoo_Do_Sped_-_Sistema_Pblico_de_Escriturao_Digital_-_Como_Impacto_na_Contabilidade.pdf>. Acesso em 03 mar. 2012.
MOTA; RODRIGUES FILHO. **7º contecsi da USP**. 2010.

NAÇÕES UNIDAS. **World Public Sector Report 2003: E-government at the Crossroads**. Nova York: United Nations – Department of Economic and Social Affairs, Division for Public Administration and Development Management, 2003.

NELSON, K.; SOMERS, T. M. The impact of critical success factors across the stages of enterprise resource planning implementations. In: Hawaii International Conference on Systems Sciences, 34, 2001, Island of Maui. **Proceedings...** 2001

NEVES JÚNIOR, I, J, et al. Estudo exploratório sobre os benefícios e desafios da implementação e utilização do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED na opinião de prestadores de serviços contábeis no Distrito Federal. **8º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade**, São Paulo, jul. 2011. 17p. Disponível em: < <http://www.ucb.br/sites/000/2/564.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2012.

NOGRASEK, J. Change Management as a Critical Success Factor in e-government implementation. **Business Systems research**, v.2, n.2, p. 1-46, 2011. Disponível em: <<http://hrcak.srce.hr/ojs/index.php/bsr/article/view/996>>. Acesso em: 15/05/2013.

O'BRIEN, J. A. **Sistemas de Informação e as decisões na era da Internet**. São Paulo: Saraiva, 2006. 431p.

OCDE. **E-government: analysis framework and methodology**. Paris: OCDE, 2001.

OLIVEIRA, T, MARTINS, M, F. Firms Patterns of e-Business Adoption: Evidence for the European Union- 27. **The Electronic Journal Information Systems Evaluation**. London: 2010. v.13, Issue 1, p. 47-56.

PATEL, H. and Jacobson, D., "Factors Influencing Citizen Adoption of E-Government: A Review and Critical Assessment" (2008). **ECIS 2008 Proceedings**. Paper 176. Disponível em: <<http://aisel.aisnet.org/ecis2008/176/>>. Acesso em:

PINHO, José Antônio Gomes de. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. **Revista de Administração Pública (RAP)**, Rio de Janeiro, v.43, n. 3, p. 471-93, maio/jun. 2008.

PRANANTO, Adi and McKemmish, Sue, "Critical Success Factors for the Establishment of e-Government: A Critical Analysis of the Indonesian Cabinet Secretariat's Legal Document Retrieval System (LDRS) Project" (2007). **PACIS 2007 Proceedings**. Paper 115. Disponível em: <<http://aisel.aisnet.org/pacis2007/115>> . Acesso em: 15/07/2013.

Pudjianto, Boni Wahyu and Hangjung, Zo, Factors Affecting E-Government Assimilation in Developing Countries (December 8, 2009). **4th Communication Policy Research**, South Conference, Negombo, Sri Lanka. Available at SSRN: Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=1553651> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1553651>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

RODRIGUEZ, M. V. R.; FERRANTE, A. J.. **Tecnologia de Informação e Gestão Empresarial**. 2.ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2000.

RODRIGUEZ-ARDURA, Imma; MESEGUER-ARTOLA, Antoni. Toward a Longitudinal Model of e-Commerce: Environmental, Technological, and Organizational Drivers of B2C. **The Information Society** , Amsterdam, v.26, n.3, p. 35-61, 2010.

RODRIGUEZ-DOMINGUEZ, L.; SANCHEZ, I. M.G. ALVAREZ, I.G.. From Emerging to connected e-government: the effects of socioeconomic and internal administration characteristics. **The International Journal of Digital Accounting Research**, London, v.11, p. 85-109, 2011.

ROESCH, S. M . A. **Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SACCOL, A. I. C. Z. ; MACADAR, M. A. M. ; SOARES, R. O. Mudanças organizacionais e sistemas ERP. *In*: SOUZA, C. A. AMAROLINDA . C. I. ZANELA S. (org.). **Sistemas ERP no Brasil: teoria e casos**. São Paulo: Atlas, 2003. v. 1, p. 18-368.

SANT'ANNA, M. A. S.; E TELO, A. R. As mudanças culturais nas organizações na área contábil e no governo em função do SPEED. **Programa de Apoio a Iniciação Científica**, 2010 p. 397-414 Disponível em: <<http://www2.fae.edu/galeria/getImage/1/8631626544165073.pdf>> Acesso em: 07 mar. 2012.

SHAREEF, M.A. *et al.* E-government Adoption Model (GAM): Differing Service Maturity Levels. **Government Information Quarterly**, London, v.2, n.1, p.17-35. 2011.

SCHEDLER, K.; SCHARF, M. C. Exploring The Interrelations Between Electronic Government And The New Public Management. A Managerial Framework For Electronic government. **Proceedings...** *In*: Conference Zurich, October 2001. Disponível em: <citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download;jsessionid=>. Acesso em: 15 jul. 2013.

SCHUPPAN, T. E-government in developing countries: Experiences from sub-Saharan Africa. **Government Information Quarterly**, Amsterdam, v.26, n.1, p. 118-127, 2009.

SIEGEL, Sidney; CASTELLAN, John. **Estatística não-paramétrica para ciências do comportamento**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Artmed: Bookman, 2006. 448 p.

SIQUEIRA, M. L.; RAMOS, F. S. A economia da sonegação: teorias e evidências empíricas. **Rev. econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, Dez. 2005 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482005000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 jan. 2012.

TITAH, R.; Barki, H. E-government adoption and acceptance: a literature review. **International Journal of Electronic Government Research**, London, v.2, n.3, p., 23-57, 2006.

TORNATZKY, L.G.; FLEISHER, M. **The Processes of Technological Innovation**, Lexington, MA: Lexington Books, 1990.

TURBAN, E.; KING, D; J. LANG. **Introduction to e-Commerce**. Nova Iorque: Prentice Hall, 2010. 552p.

YANG, H.H. et al. Improvement of e-government service process via a grey relation agent mechanism. **Expert Systems with Applications**, New York, v.39, p. 9755-9763. 2012.

VASCONCELLOS, V .; RUA, M. Impacts of Internet use on Public Administration: A Case Study of the Brazilian Tax Administration. **The Electronic Journal of e-Government**, v.3, n. 1, p. 49-58, 2005. Disponível em: <www.ejeg.com>. Acesso em: 18 abr. 2013.

VERDEGEM, P.; VERLEYE, G. User-centered E-Government in practice: A comprehensive model for measuring user satisfaction. **Government Information Quarterly**. New York, v. 26, n.3, p. 487-497, ano. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/journal/0740624X>> . Acesso em: 15 jul. 2013.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

WOOD JR., T. **Modas e modismos gerenciais**: o caso dos sistemas integrados de gestão. Série de Relatórios de Pesquisa, NPP, Núcleo de Pesquisas e Publicações. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, FGV. Relatório n. 16/1999.

ZHU, K.; KRAEMER, K. L. Post-adoption variations in usage and value of e-business by organizations: Cross-country evidence from the retail industry. **Inform. Systems Res.** v.16, n.1, p, 61-84, 2005.

ZHU, Kevin; XU; Sean; DEDRICK, Jason. Assessing Drivers of E-Business Value: Results of a Cross-Country Study. **Proceedings Paper** , v.16, 2003. Disponível em: <<http://aisel.aisnet.org/icis2003/16>>. Acesso em: 18 abr. 2013.

7 Apêndice 1: QUESTIONÁRIO SURVEY

QUESTIONÁRIO

1 - Em qual cidade e estado está localizada a empresa em que trabalha?
Questionário

2 - Qual setor melhor representa o ramo de atividade de sua empresa?

- Indústria
- Comércio
- Serviços
- Outros

3 - Qual a faixa de faturamento anual da empresa em que trabalha?

- Até 360.000,00
- de 360.000,01 a R\$ 1.500.000,00
- de R\$ 1.500.000,01 a 16.000.000,00
- acima de R\$ 16.000.000,00

4 - Em que área seu cargo melhor se enquadra?

- Contábil
- Fiscal
- TI
- Outras

5 - Em que categoria, dentre as abaixo, se enquadra seu envolvimento com a adoção e implementação do SPED na sua empresa?

- Gestor de Projeto de implementação
- Profissional contábil/fiscal de referência
- Usuário do sistema SPED
- Desenvolvedor do sistema
- Outras

6 – Dentre os níveis abaixo, de qual o seu cargo mais se aproxima?

- Analista
- Supervisor
- Gerente
- Terceirizado
- Outros

7 - Quanto às soluções de software utilizadas para o SPED, qual opção melhor identifica a situação da sua empresa?

- () Programa criado na empresa
- () Programa fornecido pelo Governo
- () Programa fabricado por outra empresa
- () Outros

8 - Quais os subprojetos do SPED que a sua empresa implantou ou está implantando? (Se necessário, assinalar mais de uma opção)

- () Nota Fiscal Eletrônica
- () SPED Contábil
- () SPED Fiscal ICMS/IPI
- () SPED Fiscal Pis/Cofins (EFD Contribuições)
- () SPED e-Lalur
- () Outros (Especificar: _____)

9 – Quando a sua empresa implementou ou implementará todos os subprojetos do SPED que competem a ela?

- () 2009
- () 2010
- () 2011
- () 2012
- () Após 2012
- () Não há definição de quando serão implantados

10 – Entre os fatores abaixo, assinale o grau de importância do impacto quanto à decisão das empresas em adotar sistemas para o SPED:

Fatores	Grau de importância (0 = sem importância e 6 = Totalmente importante)						
	1	2	3	4	5	6	7
A. Obrigatoriedade governamental							
B. Expectativa de redução de custos							
C. Disponibilidade de equipe experiente							
D. Expectativa de criar vínculos de cooperação com instituições governamentais							
E. Pressão da alta administração							
F. Pressão dos concorrentes que já estão adotando ou irão adotar em breve							
G. Expectativa de melhorar a qualidade das informações prestadas ao governo, minimizando riscos							
H. Expectativa de melhorar processos e controle internos							
I. Expectativa de reduzir o volume de obrigações acessórias							
J. A segurança das informações envolvidas, considerando o uso da assinatura digital.							
K. Disponibilidade de infra-estrutura de TI apropriada.							

11 – Entre os fatores abaixo, assinale o grau de importância do impacto quanto à implementação de sistemas para o SPED nas empresas:

Fatores	Grau de importância (0 = sem importância e 6 = Totalmente importante)						
	1	2	3	4	5	6	7
A. Complexidade dos projetos que compõem o SPED.							
B. Adequação plena da escrituração fiscal das empresas.							
C. Ocorrência de sonegação fiscal nas empresas.							
D. Disponibilidade de profissionais qualificados e com conhecimentos sólidos em SPED.							
E. Disponibilidade de acesso satisfatório à internet.							
F. Suporte por parte das instituições de governo para facilitar implementação.							
G. Uso de padrões tecnológicos conhecidos.							